

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 091

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

Atos da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 007/2001**

Data: 18 de junho de 2001.

SÚMULA:

Aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2000.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos e balanços financeiros, orçamentário e patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativo ao exercício financeiro de 2000.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 009/2001

Data: 21 de junho de 2001.

SÚMULA:

Constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar cobrança indevida no Sistema de Telefonia fixa e móvel do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema de Telefonia, para investigar cobrança indevida no sistema de telefonia fixa e móvel do Estado do Paraná, conforme o previsto no artigo 36, § 4º e artigo 122, § 2º, inciso III, do Regimento Interno.

Art. 2º - A Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema de Telefonia será integrada por 11 (onze) Senhores Deputados e prazo de duração da Comissão Parlamentar será de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua instalação, prorrogável por mais a metade do tempo conforme prevê o artigo 36 §§ 3º e 5º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3º - A presente comissão investigará a cobrança em excesso e irregularidades nos pulsos telefônicos; cobrança em duplicidade das faturas telefônicas; cobrança irregular de serviços telefônicos, nacionais e internacionais, eventuais ou não; cobrança antecipada do total da fatura telefônica como condição para reexame, na hipótese de cobrança indevida; locação indevida; locação irregular ou ilegal de aparelhos telefônicos; segurança do sistema de telefonia; garantia de sigilo telefônico e em especial, a Empresa Telepar Brasil Telecom e escutas telefônicas não autorizadas no HSBC Bank Brasil S/A.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor, após quarenta e oito (48) horas de sua aprovação, conforme artigo 123 do Regimento Interno desta Casa, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE JUNHO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Plauto Miró Guimarães e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 022/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a assumir e reconhecer os débitos da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina incluindo-os no parcelamento da Administração Direta do Estado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, consolidados até a data da assinatura do parcelamento e a dar em garantia quota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE, observadas as determinações da Medida Provisória nº 2129-9 e suas reedições.

O anexo plano de lei consulta aos superiores interesses da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA possa, mediante a forma e prazo que especifica, ter seus débitos regularizados, inclusive aqueles junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e, assim, reunir condições para que venha a obter renovação do alandegamento dos portos de Paranaguá e de Antonina, o que sem dúvida alguma é de fundamental importância para o Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a assumir e reconhecer os débitos da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina incluindo-os no parcelamento da Administração Direta junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, consolidados até a data da assinatura do parcelamento e a dar em garantia as

determinações da Medida Provisória nº 2129-9 e suas reedições.

§ 1º - Fica autorizada APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina a restituir os valores pagos pelo Tesouro do Estado em decorrência do parcelamento, atendidas as condições estabelecidas em acordo a ser firmado entre a APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e o Estado do Paraná.

§ 2º - As condições de pactuação estabelecerão, dentre outros aspectos:

I - A restituição, por parte da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, do valor das parcelas mensais no prazo estabelecido no acordo, a fim de garantir a manutenção do montante global da receita líquida do Estado, conforme definição da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - a forma de ressarcimento integral do Estado pelos prejuízos decorrentes de eventual inadimplência da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Art. 2º - A autorização de que trata esta lei fica condicionada à obtenção de prazo de parcelamento de 240 (duzentos e quarenta) meses e ao cumprimento das demais normas e formalidades aplicáveis à operação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o número 854/2001, da senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado Edson Strapasson, que pede esclarecimentos sobre "Situação da Rede Estadual de Ensino na Região Metropolitana de Curitiba." **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o número 1002/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre repasses financeiros, apoio técnico, viaturas, pessoal e armamento destinados aos municípios de Cascavel, Maringá e Londrina. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o número 182/2001, do senhor Francisco Munhoz da Rocha, secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado Divanir Braz Palma, que pede esclarecimentos sobre arrecadação do ICMS nos últimos seis

meses. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o número 183/2001, do senhor Francisco Munhoz da Rocha, secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre contrato de abertura de crédito, compra e venda de títulos entre a União e o Estado do Paraná. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o número 768/2001, do senhor Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre número de médicos que possuem o Curso de Homeopatia. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o número 426/2001, do senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre cronograma de obras previsto para as concessionárias 2001. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o número 409/2001, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre contratos de prestação de serviços ao governo por empresas privadas. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

OFÍCIO S/N

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência, o espaço do Grande Expediente, na Sessão plenária do dia 27 do corrente, para que o Excelentíssimo Governador do Estado do Rio de Janeiro, senhor Anthony Willian Garotinho, possa proferir uma palestra sobre "Política Econômica e Social do Brasil".

Certos de contarmos com vossa preciosa atenção ao assunto em apreço, renovamos na ocasião, votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(aa) RICARDO MAIA
MOYSÉS LEÔNDIAS
HIDEKAZU TAKAYAMA

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a Vossa Excelência que, na condição de líder da bancada do PPS, indico o ilustre deputado Marcos Isfer para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da telefonia nesta Casa de Leis.

Certo de poder contar com sua atenção, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI
Líder do PPS

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na condição de líder do Partido da Frente Liberal - PFL, venho a Vossa Excelência, indicando-me para representar o partido na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Telefonia, bem como o nome do deputado Nelson Garcia.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e como líder do PSL - Partido Social Liberal, atendendo solicitação desta Presidência, indica, através do presente, os nomes dos deputados Geraldo Cartário como membro e Edno Guimarães como suplente, representando nosso partido, para participar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS
Líder do PSL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho pelo presente, encaminhar a Vossa Excelência, os nomes indicados pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, para formarem nas Comissões Parlamentares de Inquérito, obedecendo determinações dessa Presidência, conforme segue:

CPI do Fórum

Titular: deputado Duílio Genari

Suplente: deputado Fernando Ribas Carli

CPI da Telefonia

Titular: deputado Tony Garcia

Suplente: Deputado Duílio Genari

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) TONY GARCIA
Líder do PPB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho pelo intermédio do presente, conforme solicitação de Vossa Excelência, fazer a indicação dos membros da bancada do PMDB, que irão compor a

CPI da Telefonia que será instalada nesta Casa, conforme segue:

TITULARES	SUPLENTE
Orlando Pessuti	Nereu Moura
Ademir Bier	Waldyr Pugliesi

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) NEREU MOURA - Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Cumprindo determinação de Vossa Excelência para que os partidos indiquem os nomes dos seus representantes que formarão a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia, informamos que o representante do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB é o deputado Renato Gaúcho, tendo como suplente o deputado Luis Fernandes (Litro).

Para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) SÉRGIO SPADA - Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, indicados pelas lideranças de seus respectivos partidos para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar, no uso de suas atribuições regimentais, e, utilizando-se de um comum acordo, vem pelo presente, REQUERER, ao Excelentíssimo deputado Hermas Brandão, Mui Digno Presidente desta Assembléia Legislativa, conforme prevê o artigo 19, XXI e XXVIII, do Regimento Interno desta Casa, seja procedida a indicação do deputado Tony Garcia (PPB) para presidente da referida Comissão, considerando-se o trabalho desenvolvido pelo respectivo parlamentar na CPI suspensa pela Justiça.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO, ÂNGELO VANHONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, TONY GARCIA, NELSON GARCIA, MARCOS ISFER E ADEMIR BIER.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, indicados pelas lideranças de seus respectivos partidos para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar, no uso de suas atribuições regimentais, e, utilizando-se de um comum acordo, vem pelo presente, REQUE-

RER, ao Excelentíssimo deputado Hermas Brandão, Mui Digno Presidente desta Assembléia Legislativa, conforme prevê o artigo 19, XXI e XXVIII, do Regimento Interno desta Casa, seja procedida a indicação do deputado Plauto Miró Guimarães (PFL) para relator da referida Comissão, considerando-se o trabalho desenvolvido pelo respectivo parlamentar como vice-Presidente na CPI suspensa pela Justiça.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(aa) ADEMAR TRAIANO, TONY GARCIA, NELSON GARCIA, RENATO GAÚCHO, MARCOS ISFER, GERALDO CARTÁRIO E PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2120

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei 261/2001, que dispõe sobre alterações da Lei do ICMS, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2121

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei 259/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 021/2001.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2122

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei 262/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/2001.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2126

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, consultado o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei 247/2001, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 247/2001 prevê dispositivos legais que permitirão o aporte de recursos financeiros do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU para integralizar o capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A, que terá por função dar continuidade às ações de desenvolvimento nos municípios do Paraná antes atribuídas ao FDU. Este reordenamento legal visa atender exigência das legislações recentes de âmbito federal versando sobre a responsabilidade na gestão pública. Saliente-se que as mudanças previstas no Projeto de Lei 247/2001 não virão em prejuízo dos já em andamento na Agência de Fomento do Paraná S/A.

Portanto, por se tratar de ordenamento legal favorável à política de financiamento do desenvolvimento dos municípios paranaenses, é urgente a apreciação e aprovação do presente projeto de lei.

REQUERIMENTO Nº 2080

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, entre os dias 26 a 29 do corrente mês, para apreciação de matéria a serem incluídas na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO, TONY GARCIA, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, CÉSAR SELEME e RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2157

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constates da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2162

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que o item 15 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, tenha sua discussão e votação transferida para o último item da pauta.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2153

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 527/99 ao Projeto de Lei nº 010/99, por tratar-se do mesmo assunto (autoriza o Governo do Estado a criar e instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagiadoras).

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2150

Senhor Presidente:

O deputado que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM a criação de uma Comissão Especial suprapartidária com sete membros para que se faça um diagnóstico do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná e Segurança Pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(aa) ALGACI TULIO

ANGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente:

Os membros da Comissão de Segurança Pública, no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja enviado convite à Comissão Partidária do Governo do Estado, constituída para tratar das reivindicações salariais da Polícia Militar, para realização de audiência pública com as esposas militares, no próximo dia 27 de junho, às 17h00, na sala de reuniões das comissões.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Vice-Presidente

CUSTÓDIO DA SILVA

RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2077

Senhor Presidente:

REQUER, ao Excelentíssimo senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, seja enviado expediente encaminhado cópia do Relatório Final exarado pelo Delegado Especial bacharel Pedro de Jesus Colaço, referente ao Inquérito Policial nº 100/2000-Depol/Dois Vizinhos, e 245/2000- Vara Criminal da Comarca de Dois Vizinhos, solicitando sejam tomadas as providências cabíveis ao caso, às seguintes autoridades:

a) Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, José Tavares da Silva Neto;

b) Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, Leonyl Ribeiro;

c) Procurador Geral do Estado do Paraná, Marco Antonio Teixeira;

d) Meritíssimo Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Dois Vizinhos, Helder Luiz Henrique Taguchi;

e) Representante do Ministério Público da Comarca de Dois Vizinhos.

Requer ainda que deste requerimento seja dado ciência:

a) Câmara Municipal de Dois Vizinhos;

b) Associação Comercial Industrial e Agrícola de Dois Vizinhos;

c) Representação da OAB de Dois Vizinhos;

d) Sindicato dos Empregadores Rurais de Dois Vizinhos;

e) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Dois Vizinhos;

f) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Vizinhos;

g) Sindicato dos Motoristas de Dois Vizinhos;

h) Sociedade Rural Vale do Iguaçu de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 26.06.2001

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente, nobres deputados.

Durante a campanha eleitoral do ano 2000, na cidade de Dois Vizinhos, faltando uma semana para o pleito, foi anunciado pela coordenação de campanha do candidato do PMDB, Lessir Bortulli, a ocorrência de um atentado contra a vida do referido candidato, aproveitando-se desse fator para, como suposta vítima usufruir de vantagens eleitorais, pois intentou-se culpar a coligação adversária, do candidato Zézinho Ramuski, da autoria do suposto atentado.

Imediatamente foram tomadas providências no sentido de que uma equipe de peritos do setor de criminalística de Cascavel, que atende também a região sudoeste, fizessem a verificação *in loco* da ocorrência.

À época, o relatório da peritagem efetuada declarou haver indícios de simulação. Mesmo assim, e especialmente por tratar-se de um padre, prevaleceu a palavra do candidato do PMDB, aliado ao PT local, e este acabou vencendo a eleição, certamente com a influência do suposto atentado contra sua vida. Passada a eleição, este parlamentar requereu ao secretário de Segurança Pública do Estado, a designação de um delegado especial para presidir o inquérito, visando que a verdade viesse à tona.

Foi designado o delegado chefe da Delegacia de Polícia de Pato Branco, Pedro de Jesus Colaço que, após efetuar as investigações de sua função, exarou o relatório final, que ora anexamos ao presente requerimento, onde deixa claro que o atentado que decidiu a eleição municipal em Dois Vizinhos não passou efetivamente, de uma farsa montada unicamente com fins eleitoreiros, muito embora não tenha sido possível identificar o autor.

Assim sendo e, sabedor de que o atentado foi simplesmente uma simulação para angariar votos, estou requerendo ao nobre presidente desta Casa que seja enca-

minhado cópia do Relatório Final às autoridades competentes, para que sejam tomadas as providências cabíveis no sentido de que a verdade prevaleça em todos os sentidos, com a punição daqueles que participaram da montagem da farsa do atentado ao candidato padre e, inclusive da sua própria punição, pois se foi simulado o atentado, com certeza o foi com a concordância e participação ativa do mesmo.

Assim sendo, conto com a aprovação dos nobres parlamentares e com as providências das autoridades competentes.

REQUERIMENTO Nº 2094

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família de Adinonal Pereira Filho, falecido no último dia 23 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2095

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família de João Sardi, falecido no último dia 24 de junho, no município de Japurá.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2103

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento da senhora Nelly Maria Ozório de Almeida, carinhosamente conhecida como Vó Nelly, ocorrido dia 22 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 75 anos de idade, faleceu nesta Capital no dia 22 do corrente, a senhora, Nelly Maria Ozório de Almeida, que era carinhosamente conhecida como Vó Nelly.

Vó Nelly era viúva de Roberto Saraiva Ozório de Almeida e deixou os filhos: Raul Ozório e Roberto Ozório e a filha Silvia, e vários netos.

O destino roubou-a do convívio de seus entes queridos, de seus amigos, restando-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada sempre dedicada à família, aos amigos que a consideravam como Vó Nelly,

pois, tratava a todos com carinho e com sorriso em seus lábios.

Fique certa, Vó Nelly, que sua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Agora, mais do que nunca, sentimos que um amigo é o bem mais precioso que o Todo-Poderoso nos pode presentear.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas, são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhes devemos.

A inesquecível Vó Nelly residia em Curitiba, mas era proprietária do “Sítio das Andorinhas” no município de Porto Amazonas, onde costumava reunir nos finais de semana os filhos, netos e a juventude, em considerável número.

Um filho, um neto é sempre um elo a mais a unir dois corações, tornando uma fonte de prazeres e esperanças. Vó Nelly, via na juventude o prolongamento das virtudes e qualidades, orgulhava-se quando das reuniões de final de semana, ficando envaidecida quando via os filhos, netos e jovens amigos trilharem o caminho que ela mesmo trilhou, isto é, o caminho da honra e do dever. Bastava, porém, um sorriso seu, para que ficasse fartamente compensada dos dias de alegria.

Vó Nelly, foi, não somente mãe e avó amantíssima, mas também cuidadosa com os filhos e netos dos vizinhos e amigos, tratando-os com desvelo e carinho, sem conhecer limites.

Quantas vezes sacrificou seu bem-estar para proporcionar-lhes melhor conforto e a mais dedicada atenção.

O carinho e o desvelo que dedicou a todos esses jovens, ecoarão em seus corações para todo o sempre.

Os jovens são a grande esperança de um dia todos nós sermos simples, autênticos e verdadeiros caminheiros e companheiros, uns dos outros, na longa caminhada.

O coração do jovem é o altar em que Deus recebe a expressão de amor do mundo todo, pois, pelos jovens, o mundo ilumina-se de novo, e quem cuida dos jovens, em primeiro lugar, prepara o ambiente de fraternidade e de paz; eles despertam ternura e alegria.

Ninguém envelhece quando acredita no amor e na vida. Os jovens só sentem coragem quando não estão sós. Ninguém sofre tanto a solidão quanto eles.

Aos familiares da querida Vó Nelly, enviamos o nosso profundo sentimento de pesar, rogando a Deus que na sua infinita bondade conceda-lhes o conforto necessário neste momento de tristeza e dor e para ela o repouso eterno.

REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pelo faleci-

mento do senhor Pedro Fernandes Garcia, ocorrido no dia 21/06/2001, em Uraí, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2063

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta nobre Casa, de votos de congratulações e aplausos à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, mantenedora do Hospital e Faculdade Evangélica de Medicina, pelo transcurso do seu 58º aniversário de fundação, comemorado nesta data.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, nestes seus cinquenta e oito anos de existência, confunde-se com a história recente de Curitiba, por suas realizações e pelos inestimáveis serviços prestados à comunidade.

Mantenedora de um dos mais importantes Hospitais-Escola do Brasil, o Hospital e Faculdades Evangélica de Medicina, cujo conceito de eficiência e qualidade de atendimento ultrapassa as fronteiras do Estado do Paraná e do País, nas mais variadas especialidades médicas, a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba ao longo de seus cinquenta e oito anos de existência, sempre pautou suas atividades no mais elevado espírito cristão e solidariedade humana.

Registrar nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná esta importante data, não se constitui apenas no reconhecimento público aos inestimáveis serviços prestados pela Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, mas também do povo do Paraná, aqui representado pelos cinquenta e quatro senhores deputados.

REQUERIMENTO Nº 2064

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações ao doutor Rubens Luiz Sartori, pela posse na direção da Fecilcam - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2098

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações ao senhor Nelson Molina, pela posse na direção da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Vale do Piquiri, de Goioerê-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2075

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal a Folha da Imprensa, pela comemoração de seus 10 anos.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal a Folha da Imprensa está comemorando seus 10 anos.

Fundado em 25 de junho de 1991, com solenidade no Graciosa Country Club, por Alcy Ramalho Filho, o jornal A Folha da Imprensa tem se destacado como um dos importantes veículos de comunicação do nosso Paraná.

A Folha da Imprensa tornou-se um símbolo dos paranaenses. estamos acostumados a tê-lo em nosso meio, pois é referência em comunicação e informação tendo se transformado em órgão de representatividade de luta pelas conquistas de todos e de cada um dos paranaenses, que nele tem um verdadeiro instrumento de conquistas sociais.

Com uma equipe altamente capacitada, traz diariamente estampado em suas páginas o resultado do trabalho atento e constante dos que o fazem. De leitura fácil, com diagramação que permite a eficiência de seu manuseio, a Folha da Imprensa está em todos os lugares onde vamos, nas mãos de todas as faixas sociais - é como vê-lo passando de mão em mão, inclusive nos meios políticos, já que sua opinião de respeitável veículos de comunicação é das mais precisas e respeitadas em todos os lugares.

É defensor implacável do nosso povo, da nossa terra, do nosso meio ambiente. Esteve presente em todos os acontecimentos, dando-lhes cobertura e sua equipe, alvo dos mais elevados elogios foi responsável por reportagens que demonstraram a real dimensão dos problemas ecológicos, ambientais, sociais, dentre tantos que enfrentou e enfrenta o nosso Paraná.

Ao jornal A Folha da Imprensa, através de seu diretor-presidente - Alcy Ramalho Filho (Rua Machado de Assis, 462 - CEP: 80030-370 - Ctb-PR), pela comemoração de seus gloriosos 10 anos, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2069

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à OCEPAR - organização das Cooperativas do Paraná, pela comemoração de Aniversário de 30 anos da entidade, pelos relevantes serviços prestados à comunidade cooperativista do Estado do Paraná.

Do aprovado Requer ainda, se dê ciência ao Presidente da OCEPAR - Senhor João Paulo Koslovski, no endereço: Avenida Cândido de Abreu, 501, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2096

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, pela comemoração de Aniversário de 29 anos da entidade, pelos relevantes serviços prestados a agropecuária paranaense, principalmente na área de pesquisa e melhoramento genético.

Do aprovado Requer ainda, se dê ciência ao Diretor Presidente da IAPAR - Senhor Florindo Dalberto, no endereço: Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375 - Caixa Postal 481 - CEP 86001-970 - Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2070

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Academia de Letras e Artes de Pato Branco, em nome de sua Presidente Senhora Valéria Borges da Silveira, membros integrantes e ao Diretor do Departamento Municipal de Cultura, Senhor Adair Kill, pela instalação oficial da Academia de Letras e Artes de Pato Branco, que ocorreu dia 22 de junho de 2001, no Teatro Naura Rigon, município de Pato Branco.

Do aprovado Requer ainda, se dê ciência a Senhora Valéria Borges da Silveira, Presidente da Academia Paranaenses de Letras, membros integrantes e ao Senhor Adair Kill, Diretor do Departamento Municipal de Cultura no endereço: Rua Jaciretã, 450 CEP 85.504-440 - Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 22 de junho, instala-se oficialmente no município a Academia de Letras e Artes de Pato Branco (ALAP), em Sessão Solene, no Teatro Naura Rigon. A posse dos membros e instalação oficial da entidade no município contou com a presença do presidente da Academia Paranaense de Letras, Túlio Vargas, e de personalidades culturais locais.

Mais uma vez o município de Pato Branco vem engrandecer ainda mais, pois a Academia de Letras e Artes terá papel fundamental no desenvolvimento cultural do município, no resgate dos valores culturais e real-

quando a participação e ação do indivíduo no contexto social em que vive.

Os escritores, artistas plásticos, teatrólogos e colunistas que integram a equipe da ALAP terão papel importantíssimo, que é difundir a cultura para a comunidade patrobranquense.

REQUERIMENTO Nº 2071

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Clevelândia, em comemoração aos 109 anos de Emancipação Política do município.

Do aprovado Requer ainda, se dê ciência ao prefeito municipal de Clevelândia, Vanderlei Valério, no endereço: Praça Getúlio Vargas, 71 - Caixa Postal 61 - CEP 85.530-000 - Clevelândia-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUTIFICATIVA:

O municípios de Clevelândia está situado na região de Palmas que, historicamente, foi percorrida pelos sertanistas à procura de um caminho que melhorasse a vazão do comércio de tropas pelos idos de 1839. Primitivamente habitada por indígenas e posteriormente por colônias militares, que foram criadas pela defesa do território brasileiro de argentinos e paraguaios, Clevelândia teve seu início em um alojamento provisório de soldados que com o tempo foram se transformando em habitações definitivas. Criado através de Lei Estadual nº 863 de 29 de março de 1909 e instalado na mesma data, foi desmembrado de Palmas.

No dia 28 de junho comemora-se o aniversário de 109 anos do Município de Clevelândia.

REQUERIMENTO Nº 2072

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Academia de Letras, em nome de seu Presidente Senhor Tulio Vargas, pelo incentivo e apoio na instalação oficial da Academia de Letras e Artes de Pato Branco, que ocorreu dia 22 de junho de 2001, no Teatro Naura Rigon, município de Pato Branco.

Do aprovado Requer ainda, se dê ciência a Senhor Tulio Vargas, Presidente da Academia Paranaenses de Letras, Rua Professor Fernando Moreira, 370, CEP 80410-120 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Academia Paranaense de Letras, no último dia 22 de junho, viabilizou a instalação oficial da Academia

de Letras e Artes de Pato Branco, em sessão Solene no Teatro Naura Rigon, no município de Pato Branco.

A Academia de Letras e Artes de Pato Branco - ALAP tem como objetivo principal o desenvolvimento cultural do município. Os escritores, artistas plásticos, teatrólogos e colunistas que integram a equipe da ALAP, terão papel importantíssimo que será difundir a cultura da comunidade patobranquense, resgatando valores e realçando a participação de cada indivíduo no contexto social em que vive.

A instalação da Academia de Letras e Artes em Pato Branco virá ainda mais engrandecer o município, bem como toda a região Sudoeste, conquistando a participação efetiva da população no desenvolvimento cultural.

REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, consultado o douto Plenário, votos de aplausos à Fundação Força Trabalhista do Paraná - Fotrapar, pelo lançamento, no próximo dia 29, e realização, em conjunto com a União das Associações de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba, Região Metropolitana e Estado do Paraná - UNAECIC, da Olimpíada do Trabalhador.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Todas as iniciativas que levem ao conagraçamento e à solidariedade entre os trabalhadores devem merecer reconhecimento, apoio e tratamento distinto. A Olimpíada do Trabalhador, que será lançada no próximo dia 29, está entre estas iniciativas, por isso merece o reconhecimento desta Casa. Além de reunir os trabalhadores para uma atividade comum, a iniciativa o faz pela via do esporte, hoje reconhecimento uma das atividades humanas, mais recomendadas para unir e revitalizar a convivência social e o corpo e a mente.

Com estas iniciativas, a classe trabalhadora passa ter, também, acesso a atividade desportivas que por outras vias não lhe seriam possíveis, já que a Olimpíada do Trabalhador terá como modalidades Futsal, Futebol de Campo, Futebol Suíço, Voleibol, Xadrez e Corrida Rústica, além do concurso Miss Empresa.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, consultado o douto Plenário, votos de aplausos à União das Associação de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba, Região Metropolitana e Estado do Paraná - UNAECIC, pelo lançamento, no próximo dia 29, e reali-

zação, em conjunto com a Fundação Força Trabalhista do Paraná - FOTRAPAR, da Olimpíada do Trabalhador.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Todas as iniciativas que levem ao conagraçamento e à solidariedade entre os trabalhadores devem merecer reconhecimento, apoio e tratamento distinto. A Olimpíada do Trabalhador, que será lançada no próximo dia 29, está entre estas iniciativas, por isso merece o reconhecimento desta Casa. Além de reunir os trabalhadores para uma atividade comum, a iniciativa o faz pela via do esporte, hoje reconhecimento uma das atividades humanas, mais recomendadas para unir e revitalizar a convivência social e o corpo e a mente.

Com estas iniciativas, a classe trabalhadora passa ter, também, acesso a atividade desportivas que por outras vias não lhe seriam possíveis, já que a Olimpíada do Trabalhador terá como modalidades Futsal, Futebol de Campo, Futebol Suíço, Voleibol, Xadrez e Corrida Rústica, além do concurso Miss Empresa.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2086

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná - CRF-PR pela passagem de seu 40º aniversário, a comemorar-se no próximo dia cinco de julho, e pela inauguração, no mesmo dia, de sua nova sede, extensivo à doutora Celia Fagundes da Cruz, presidente do CRF-PR, e aos presidentes das seccionais do CRF-PR de Maringá, doutor Ricardo Toshikazo Yamamoto, de Londrina doutora Maria Madalena Gomes Shivera, de Cascavel doutora Maria do Carmo Baraldo Wagner, e de Ponta Grossa doutor João Fernando Ferrari, e a todos os farmacêuticos do Paraná.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados e ao Departamento de Farmácia da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A profissão do farmacêutico, regulamentada e reconhecida pela legislação brasileira, está entre as principais atividades humanas nos dias de hoje, a ponto de a Lei exigir sua presença nos estabelecimentos que comercializam medicamentos, por exemplo. Graças a estes profissionais, têm sido contidas a abusiva mercantilização dos medicamentos e a auto-medicação, bem como observada a venda e administração de medicamentos somente mediante prescrição médica para os casos que a exigem. Além disso, é importante o papel do farmacêutico nas

pesquisas científicas em laboratórios, institutos de pesquisa e universidades, sempre em busca de soluções que livrem os seres humanos de enfermidades. Assim, não poderíamos de homenagear os farmacêuticos nesta data, oportuna para reconhecer-lhes os méritos e feitos em favor das sociedades paranaense e brasileira.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2087

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao jornal O Diário do Norte do Paraná, de Maringá, por seu 27 anos, a completarem-se no próximo dia 29 de junho, extensivo a seus diretores proprietários, Franklin Vieira da Silva e Rosey Rachel Vieira da Silva, presidente e vice-presidente respectivamente, e a seus funcionários e colaboradores.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Ilustríssimo senhor Franklin Vieira da Silva, à Ilustríssima senhora Rosey Rachel Vieira da Silva, ao editor-chefe Edivaldo Magro, ao editor de opinião, Edson Lima, à diretora comercial, Luciena Vieira da Silva, ao diretor administrativo e financeiro, Josué Tadashi Endo e à ADI - Associação dos Diários do Interior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Diário do Norte do Paraná, jornal sediado em Maringá que abrange dezenas de municípios do Noroeste do Estado, figura hoje entre os principais veículos de comunicação do Paraná e, seguramente, entre os principais jornais diários do interior do País. Esta conquista envaidece Maringá e seu povo, não só pela grandeza e representatividade deste seu veículo de comunicação, mas, também e principalmente, pela imparcialidade, profundidade, seriedade e compromisso com que tem abordado suas questões e história. As histórias de Maringá e sua gente não podem ser escritas ou contadas sem menção a O Diário do Norte do Paraná e à ousadia de seus diretores e funcionários, que com sua luta diária no transcurso destes 27 anos fizeram dele a referência em comunicação imprensa que é hoje.

REQUERIMENTO Nº 2127

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Ilustríssimo senhor Cláudio Petrycoski, empresário agraciado com o Diploma e a Medalha do "Mérito Industrial", homenagens conferidas pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Outrossim, requer comunicação do feito ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em nossos dias de globalização, que traz consigo os efeitos positivos da mundialização das relações humanas e de trocas econômicas, infelizmente acompanhadas de outros negativos, destacando-se, dentre eles, o desemprego, precisamos nos irmanar em reconhecimento aos empresários cuja ação gera riquezas, empregos e renda. Por isso, nesta ocasião nos irmanamos nesta justa homenagem ao empresário Cláudio Petrycoski.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2128

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Ilustríssimo senhor Saul Chuny Zugmann, empresário agraciado com a Láurea “Honra ao Mérito”, homenagens conferidas pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Outrossim, requer comunicação do feito ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em nossos dias de globalização, que traz consigo os efeitos positivos da mundialização das relações humanas e de trocas econômicas, infelizmente acompanhadas de outros negativos, destacando-se, dentre eles, o desemprego, precisamos nos irmanar em reconhecimento aos empresários cuja ação gera riquezas, empregos e renda. Por isso, nesta ocasião nos irmanamos nesta justa homenagem ao empresário Saul Chuny Zugmann.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2129

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, extensivo ao Ilustríssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, presidente do Sistema FIEP, pela entrega do Diploma e a Medalha do “Mérito Industrial”, ao empresário Cláudio Petrycoski.

Outrossim, requer comunicação do feito ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em nossos dias de globalização, que traz consigo os efeitos positivos da mundialização das relações humanas e de trocas econômicas, infelizmente acompanhadas de outros negativos, destacando-se, dentre eles, o desemprego, precisamos nos irmanar em reconhecimento aos empresários cuja ação gera riquezas, empregos e renda. Nesta ocasião nos irmanamos com o Sistema FIEP e seu

presidente o Ilustríssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, também ele um empresário e empreendedor digno de nota, na homenagem ao empresário Cláudio Petrycoski.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2132

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, extensivo ao Ilustríssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, presidente do Sistema FIEP, pela entrega do Diploma e a Medalha do “Mérito Industrial”, ao empresário Renato Höft.

Outrossim, requer comunicação do feito ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em nossos dias de globalização, que traz consigo os efeitos positivos da mundialização das relações humanas e de trocas econômicas, infelizmente acompanhadas de outros negativos, destacando-se, dentre eles, o desemprego, precisamos nos irmanar em reconhecimento aos empresários cuja ação gera riquezas, empregos e renda. Nesta ocasião nos irmanamos com o Sistema FIEP e seu presidente o Ilustríssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, também ele um empresário e empreendedor digno de nota, na homenagem ao empresário Renato Höft.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2133

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, extensivo ao Ilustríssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, presidente do Sistema FIEP, pela entrega da Láurea “Honra ao Mérito” ao empresário Saul Chuny Zugmann.

Outrossim, requer comunicação do feito ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em nossos dias de globalização, que traz consigo os efeitos positivos da mundialização das relações humanas e de trocas econômicas, infelizmente acompanhadas de outros negativos, destacando-se, dentre eles, o desemprego, precisamos nos irmanar em reconhecimento aos empresários cuja ação gera riquezas, empregos e renda. Nesta ocasião nos irmanamos com o Sistema FIEP e seu presidente o Ilustríssimo senhor José Carlos Gomes de

Carvalho, também ele um empresário e empreendedor digno de nota, na homenagem ao empresário Saulo Chumy Zugmann.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2143

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Paraná pela passagem de seu 90º aniversário, comemorado no dia 22 de junho último.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Ilustríssimo senhor Gilberto Cruz Rautt, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A organização dos gráficos sempre esteve na vanguarda da organização dos trabalhadores, o que foi sentido também no Paraná. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Paraná também foi uma das vanguardas no que toca à organização sindical no Estado. Hoje com 90 anos, o Sindicato figura entre as principais organizações sindicais de trabalhadores do Paraná e suas histórias e conquistas não podem ser esquecidas. Ao contrário, esta história precisa ser lembrada sempre que possível, para que os trabalhadores possam se espelhar numa organização sindical capaz de representa-los e para que as gerações futuras conheçam as lutas travadas pelos trabalhadores em busca de melhores salários, condições de vida e amplas liberdades públicas, pressupostos básicos de uma verdadeira democracia.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2144

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Paraná pela passagem de seu 90º aniversário, comemorado no dia 22 de junho último.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Ilustríssimo senhor Gilberto Cruz Rautt, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A organização dos gráficos sempre esteve na vanguarda da organização dos trabalhadores, o que foi sentido também no Paraná. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Paraná também foi uma das vanguardas no que toca à organização sindical no Estado. Hoje com 90 anos, o Sindicato figura entre as principais organizações sindicais de trabalhadores do Paraná e suas

histórias e conquistas não podem ser esquecidas. Ao contrário, esta história precisa ser lembrada sempre que possível, para que os trabalhadores possam se espelhar numa organização sindical capaz de representa-los e para que as gerações futuras conheçam as lutas travadas pelos trabalhadores em busca de melhores salários, condições de vida e amplas liberdades públicas, pressupostos básicos de uma verdadeira democracia.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2145

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná, pelos sucessos da Exposição de Encerramento do Programa Paraná Urbano e do Fórum "Poder Local: Financiamento e Gestão", ambos realizados no dia 22 de junho último, nesta Capital.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Excelentíssimo senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Excelentíssimo senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, tem comandado a pasta que mais contribuiu, nos últimos anos, para o desenvolvimento urbano nos municípios paranaenses, especialmente os do interior do Paraná. Prova disso é o reconhecimento que o Programa, bem como a pasta e seu titular, têm entre os prefeitos paranaenses. Para se ter uma idéia da envergadura do Programa, basta lembrar que em 55 meses foram aplicadas, através dos projetos por ele financiados, UR\$426 milhões, cerca de um bilhão em moeda nacional, dinheiro que beneficiou 390 dos 399 municípios paranaenses, portanto a esmagadora maioria. Com este dinheiro foram realizadas obras e melhorias que em nenhuma outra hipótese teriam sido possíveis. Ademais a seriedade e competência internacionalmente reconhecidas na SEDU, decorrentes de sua gestão à frente do Programa Paraná Urbano, merecem destaque inclusive por terem proporcionado o sucesso dos dois eventos aludidos no presente requerimento.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, extensivo ao Ilustríssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, presidente do Sistema FIEP, pela

inauguração do Centro de Exposições Horário Sabino Coimbra.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados e aos familiares de Horário Sabino Coimbra.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná se notabiliza pelo espírito empreendedor e, mais ainda, por reconhecer, em suas homenagens, os mais notáveis exemplos de homens que com sua impetuosidade construíram a economia do Estado, dentre os quais se destaca Horário Sabino Coimbra. Este nome significa muito mais do que mera denominação de prédio; ao mencioná-lo se está recordando uma parcela importante da história do pioneirismo industrial, especialmente no interior do Paraná, cuja marca permanece até nossos dias, nas mentes e no processo econômico real. Assim, não poderíamos deixar de reconhecer nesta iniciativa do Sistema FIEP, na pessoa de seu presidente, o Ilustríssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, mais um ato de nobreza, generosidade e compromisso com nossa história e a de nossos pioneiros na construção de uma econômica industrial.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2083

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa de Leis, um voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Paraná - Stig-PR, que no período de 19 a 22.06 do corrente, comemora 90 anos de atividades no Estado do Paraná.

Foi fundado em 30 de abril de 1911, com o nome de Centro Gráphyco Paranaense e com a carta sindical de 20.08.1931 é fundado o Sindicato dos Operários e Empregados Gráficos de Curitiba.

No ano de 1937, com a alteração do estatuto social e nova carta sindical datada de 05.02.1942, muda sua denominação para Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, como consta na carta de 21 de outubro daquele ano. A seguir, é estendida a base para todo o território nacional, com denominação de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Paraná. É notório da comunidade paranaense, principalmente Curitiba, a contribuição que esse sindicato dedica em prol da valorização do profissional que atua na área gráfica, defendendo e lutando pelas reivindicações e direitos básicos individuais e coletivos, bem como desenvolvendo atividades assistenciais de apoio familiar, de caráter social e cultural.

Em menos de um século, a indústria gráfica modernizou-se progressivamente, graças aos profissionais qualificados que tem, os quais empregam toda a

sua capacidade, visando o progresso do País, e primando pela qualidade dos serviços oferecidos à comunidade.

Pela persistência de seus dirigentes, assessores, funcionários, associados e contribuidores, sentimo-nos também orgulhosos por essa comemoração e através de esta manifestação de júbilo, cumprimentamos o senhor presidente do sindicato senhor Gilberto Cruz Rautt, bem como a dos acima nominados.

Em nome dessa colenda Casa de Leis, que se torna instrumento de toda a comunidade paranaense, auguramos votos de muitas realizações e sucesso.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2084

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa de Leis, um voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado do Paraná - Sigep-PR, que no período de 19 a 22.06 do corrente comemora 58 anos de atividades no Estado do Paraná.

Foi fundado em 1º de julho de 1943, com sede e foro em Curitiba. É notório da comunidade paranaense, principalmente curitibana, a contribuição que esse sindicato dedicou e dedica à indústria gráfica, através de seu trabalho de coordenação, proteção e representação da categoria econômica das indústrias gráficas. Através de investimentos constantes em novas tecnologias, nossa indústria gráfica modernizou-se e muito, contribuindo com o progresso do País, atendendo às demandas de mercado em virtude da globalização da economia mundial. Pela persistência de seus dirigentes, assessores, funcionários, associados e colaboradores, sentimo-nos orgulhosos desta manifestação de júbilo. Através do presidente do sindicato, senhor José Toaldo Filho, bem como a todos acima nominados, registramos nossos melhores cumprimentos, em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, augurando votos de muitas realizações e sucesso.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2067

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Folha da Imprensa, alusivo aos 10 anos de sua fundação, comemorado no dia 25 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu diretor-presidente senhor Alcy Ramalho Filho, através de

correspondência a ser encaminhada, à Rua Machado de Assis, 462 - CEP 80030-370- Juvevê- Curitiba -PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2068

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana- Fecea, alusivo aos 40 anos de sua fundação, comemorado no dia 19 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu diretor senhor Benedito Cândido da Silva, através de correspondência a ser encaminhada, à BR 376 Km 3 s/nº - CEP 86800-970 Apucarana -PR

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2110

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações Secovi- PR, Sindicato da Habitação, pela posse da nova Diretoria Executiva, que aconteceu no dia 22 de junho, em Curitiba.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente senhor Luiz Antonio Cossio, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Padre Anchieta, 165 - CEP- 80410-030- Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2111

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações aos funcionários da Emater pelo VII Encontro dos Funcionários, a realizar-se no dia 28.06, na Associação Banestado em Praia de Leste, e também pela Festa de Confraternização que acontecerá no dia 29, no mesmo local.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Lúcia Wisniewski - Coordenadora Geral da Afa, Associação dos Funcionários da Emater, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Bandeira, 500 Cabral - CEP 80035-270- Curitiba -PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2112

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Prefeitura de Cascavel, pela realização da 1ª Oeste Fest Show Gastronômico do Paraná, a realizar-se no próximo dia 06 de julho do corrente ano, no Centro de Convenções e Eventos de Cascavel.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Edgar Bueno e ao secretário municipal da Indústria, Comércio e Turismo, Sérgio Antonio Terres, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Paraná, 5000 - CEP 85801-000 - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2113

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações pela comemoração do 79º Dia Internacional do Cooperativismo e pela passagem do 30º aniversário da Ocepar a ser realizado no próximo dia 5 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Cândido de Abreu, 501 - CEP 80-530-000 Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2114

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações pelos 58 anos de fundação do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná, que será comemorado no próximo dia 13 de agosto no restaurante Madalosso, em Santa Felicidade.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da entidade Rui Cichella, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Almirante Gonçalves, 1966, CEP 80-250-150- Curitiba-PR

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2115

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná, pela inauguração da nova sede, dia 05 de agosto próximo, assim como pela passagem dos 40 anos de sua fundação.

Requer ainda que do presente se dê ciência à presidenta do CRF-PR, senhora Célia Fagundes da Cruz, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Itupava, 1235 - Hugo Lange- CEP 80040-000 Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2124

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações ao senhor Mário Roque, prefeito de Paranaguá, que foi eleito no último dia 24, em Vila Velha - Espírito Santo, como presidente da Associação Brasileira de Municípios Portuários.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2125

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações ao jornalista paranaense Roldão Arruda, do jornal O Estado de São Paulo, pelo lançamento do livro: "Dias de Ira".

O jornalista paranaense Roldão Arruda está radicado em São Paulo há vários anos e, na capital paulista, fez brilhante carreira jornalística.

Recebeu diversos prêmios por reportagens sobre o desaparecimento de menores de rua.

É editor das páginas de comportamento do jornal "O Estado de São Paulo" e Agência Estado.

Roldão Arruda tem recebido prêmios por todas as suas reportagens.

O trabalho em extensa reportagem sobre o extermínio de homossexuais em São Paulo resultou no livro "Dias de Ira", que será lançado nesta data, dia 26 de junho das 18h30min às 21h00, pela Editora Globo, na Livraria Cultura do Conjunto Nacional (Avenida Paulista 2073).

Essa obra já mereceu críticas elogiosas dos maiores veículos de Informação do País, como o próprio jornal "O Estado de São Paulo", Valor Econômico e Gazeta Mercantil, entre outros.

O livro é resultado de vários anos de pesquisa nas 3.300 páginas dos inquéritos e processos e entrevistas com parentes e amigos dos mortos e policiais.

O trabalho jornalístico de Roldão Arruda e agora produzindo seu primeiro livro, deve ser enaltecido nesta Assembléia, pois representa o sucesso alcançado por um paranaense.

A correspondência deve ser enviada ao senhor Roldão Arruda, Av. Engenheiro Caetano Alvares nº 55, 6º andar- Jornal "O Estado de São Paulo", São Paulo/SP, CEP 02-598-900, FONE 0XX11-38562122.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Rotary Club de Ubiratã, pelo seu Jubileu de Prata, a ocorrer no dia 30 de junho do corrente, e que seja encaminhada mensagem nesse sentido ao presidente da entidade, Roberto Meirelles.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM

JUSTIFICATIVA:

O Rotary Club da cidade de Ubiratã comemora no próximo dia 30 de junho do corrente, seu jubileu de prata. São 25 anos de existência dedicados à coletividade, sempre apoiando a comunidade em programas e projetos que visam o bem-estar e o crescimento social dos ubiratanenses.

Assim, nada mais justo do que este Poder Legislativo homenagear a instituição, registrando nesta Casa esse importante evento, e o nosso reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à nossa gente, através de profícuo e valoroso trabalho, razão pela qual formulamos o presente.

REQUERIMENTO Nº 2097

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Umuarama, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política, a ser comemorado no próximo dia 26 de junho.

Do aprovado requer, seja comunicado ao senhor Fernando Scanavaca, prefeito municipal (Avenida Rio Branco, 3717 - CEP: 87501-130), ao vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, presidente da Câmara Municipal (Avenida Maringá, 4863 - CEP: 87502-080).

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2104

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consagração, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Rio Azul, pela passagem de seus 83 anos de Emancipação Política dia 14/07/2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo senhor Vicente Solda, prefeito municipal; ao vice-prefeito, senhor Jaciel Buco Martins, bem com a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Unindo-nos ao contentamento de toda a população de Rio Azul, nesta significativa data da comemoração dos 83 anos de sua emancipação política, cumprimentamos efusivamente todos aqueles que continuam dando o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento cada vez maior do seu município.

Trabalhando sempre lado a lado, administração e povo, temos certeza obterão excelentes resultados para um futuro promissor, pois, com um trabalho integrado, e sempre com a colaboração de toda a população, Rio Azul estará contribuindo sobremaneira com importante parcela, para o engrandecimento do nosso Estado e do nosso País.

O Legislativo Paranaense, por intermédio deste deputado, sente-se honrado em parabenizar todo o povo de nosso hospitaleiro município, com votos de prosperidade e muito sucesso.

REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização pela ordenação episcopal de Dom Pedro Carlos Zilli, missionário do Pime - Pontífico Instituto das Missões Exteriores, nomeado bispo da nova diocese de Bafatá, Guiné-Bissau, África.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: PIME - Pontífico Instituto das Missões Exteriores, Rua Luis Carlos Zani, 2147, Caixa Postal 121, Iporã-PR, CEP: 86200-000.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 2117

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor José Tavares, digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a reabertura da Delegacia da Mulher do município de Toledo.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia da Mulher do município de Toledo esteve em funcionamento entre os anos de 1995 a 1999, atendendo nesse período inúmeras ocorrências, em muitos casos orientando e prestando apoio a vítimas de agressões, físicas e outros delitos, que muitas vezes, por receio de represália, não permitiam registrar o fato.

Pelas informações recebidas, o motivo que levou o fechamento daquela unidade policial foi a falta que agora haverá a possibilidade de provê-la com um quadro de ser-

vidores em número necessário para atendimento à população feminina local.

Vale ressaltar que entre os principais motivos da mulher em não procurar uma delegacia comum quando sofre algum tipo de violência, destaca-se a discriminação pela sociedade, a impunidade e falta de um resultado rápido e eficaz por parte do órgão de proteção.

Diante do exposto, é imprescindível que a Secretaria da Segurança reavalie o ato que redundou no fechamento da Delegacia da Mulher de Toledo, pois, segundo nos chegou ao conhecimento, hoje são poucas as mulheres que procuram uma repartição policial daquela cidade para registrar queixas de agressões e outras ocorrências, fato que vem confirmar a necessidade de uma unidade policial especializada ao atendimento de mulheres, razão pela qual contamos com a aprovação dos nobres pares desta Casa ao requerimento em apreço.

REQUERIMENTO Nº 2091

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Tavares da Silva, digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando informações sobre a aplicação dos quinze milhões de reais do Plano Nacional de Segurança, destinados no ano de 2000 ao Estado do Paraná.

Requer informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos, feitos pela Secretaria de Segurança Pública, constando valores e seus respectivos investimentos, especificando as realizações concretizadas, municípios beneficiados, bem como relatório das melhorias efetivas na segurança pública de nosso Estado com a aplicação dos referidos recursos.

Justifica-se tal solicitação de informações para que esta Casa Legislativa conheça minuciosamente a aplicação dos recursos destinados ao Paraná pelo Plano Nacional de Segurança.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2105

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor doutor Ricardo Augusto Cunha Smijtkink, secretário de Estado da Administração e da Previdência, no sentido de determinar, ao setor competente, solucionar e responder, com possível urgência, os Protocolados sob n°s 4.725.870-7, 4.670-6 e 4.670.669-2, conforme xerox anexo, de autoria do servi-

dor público estadual, senhor Edson Inocêncio Vaz, RG. nº 4.087.191-8PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A correspondência anexa, datada de 29 de maio último, do interessado, Edson Inocêncio Vaz, diz tudo sobre a situação afiliva do mencionado funcionário para obter resposta dos mencionados protocolados.

Estamos certos que o senhor Secretário, determinará medidas urgentes, enviando-nos soluções que o assunto requer e que são de direito do servidor em pauta.

REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Excelentíssima secretária de Estado das Educação, Alcyone Saliba e ao Excelentíssimo secretário da Administração e da Previdência Ricardo Smijtkink, solicitando informações sobre o não pagamento dos avanços - promoções de carreira, referente ao período de outubro de 1999 e maio de 2000.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

O Governo deve, desde outubro de 1999, o pagamento dos professores estatutário que tiveram seu avanço vertical reconhecido pelo estado, mas não estão recebendo. De forma discriminatória, liberou o pagamento aos celetistas, mas os estatutários estão tendo que lutar diariamente para ter estes direitos, que já foram adquiridos. O servidor público, da mesma categoria, não merece um tratamento desigual e de acordo com entrevista concedida à Folha de Londrina/PR, o Estado afirmou que estaria efetivando os pagamentos a partir do dia 05 de junho de 2001, mas segundo um grupo de professores de Londrina, o mesmo não aconteceu.

REQUERIMENTO Nº 2109

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor Joaquim Roque de Carvalho, com votos de congratulações pelos relevantes trabalhos prestados em favor do município de Formosa do Oeste.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dado ciência também ao presidente da Câmara Municipal, vereador Jesus Rodrigues dos Santos; ao prefeito municipal, senhor Shiguemi Kiara e ao vice-prefeito, senhor Adeilson F. de Souza.

Sala das Sessões em 26.06.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Uma das mais difundidas frases de Mahatma Gandhi narra: "é o sofrimento. É só o sofrimento que abre no coração do homem, a compreensão interior".

O mineiro Joaquim Roque de Carvalho, pioneiro do município de Formosa do Oeste, não só ajudou a colonizar seu município, como continua ajudando a sua cidade e aqueles que necessitam de amparo. Trata-se na realidade de uma pessoa que ao longo da vida tem se dedicado às causas sociais. Pessoa de índole ilibada, tem tido uma atuação destacada em meio à sociedade, tornando-se um referencial de qualidade absoluta na arte de alinhar trabalhos de cunho social.

A Assembléia Legislativa, através deste parlamentar, cumpre com a grata missão de reconhecer o brilhante trabalho do expoente Joaquim Roque de Carvalho, consignando nos Anais desta Casa, os nossos sinceros agradecimentos pela sua labuta em favor da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, senhor Ramiro Wahrhaftig, e à diretora da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, senhora Suzana Maria Sonza, para que informe a esta Casa a situação funcional do professor Alfredo Luiz Teixeira Soares Braga, especialmente no que tange a procedimentos administrativos disciplinares movidos contra o referido professor.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pelo fato de haver notícias de que procedimentos administrativos disciplinares estão sendo movidos contra o professor de forma arbitrária, constituindo verdadeiro abuso de poder, inclusive havendo decisões em mandado de segurança, suspendendo tais procedimentos.

REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), solicitando informações sobre o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.

1 - Quais os nomes dos técnicos e/ou das entidades que estão participando da elaboração do Plano de Manejo?

2 - Quanto cada um receberá pelo serviço prestado e qual será o custo total dos trabalhos?

3 - Qual a fase de andamento dos trabalhos do Plano de Manejo?

4 - Na execução do Plano de Manejo, está sendo levado em conta a participação da comunidade local, conforme diz a Agenda 21?

5 - Cópia do material e dos estudos produzidos até o momento.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu é uma antiga promessa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que precisa ser cumprida com a maior eficiência e da forma mais rápida possível, pois tal documento é de grande importância para a conservação e preservação desta unidade ambiental e de seu entorno, que abrange 11 municípios limítrofes ao Parque.

Por isto, solicito a aprovação deste requerimento, a fim de que esta Casa de Leis tenha acesso ao andamento da elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), solicitando informações sobre as comemorações dos 60 anos do Parque Nacional do Iguaçu.

1 - Qual entidade promoveu a comemoração de aniversário do Parque?

2 - Quais foram os eventos das festividades?

3 - Qual o valor total da comemoração pago pela Ibama?

4 - Qual o grau de envolvimento e participação da comunidade nas comemorações dos 60 anos do Parque?

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2155

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), solicitando as seguintes explicações sobre a postura do senhor Júlio Gonchorosky, diretor-chefe do Parque Nacional do Iguaçu durante os tumultos ocasionados no fechamento da Estrada do Colono.

1 - O que fazia o senhor Júlio Gonchorosky na Estrada do Colono, no dia 14 de junho de 2001.

2 - Este funcionário cumpria ordens superiores neste dia?

3 - Quem ordenou sua ida até o local?

4 - Qual a missão dele, naquele dia, dentro da Estrada do Colono?

5 - Por que o senhor Júlio Gonchorosky, com certeza ciente da exaltação dos ânimos naquele momento, não desceu de helicóptero na outra extremidade da estrada (região Sudoeste), local mais apropriado, tendo em vista que não havia agrupamento de agricultores neste local?

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A postura do senhor Júlio Gonchorosky, diretor do Parque Nacional do Iguaçu, no dia 14 de junho de 2001, na Estrada do Colono, foi o estopim para a revolta dos moradores vizinhos ao parque.

Conforme relato do jornal Folha do Paraná, do dia 15.06.2001, o “tumulto começou quando o diretor tentou embarcar no helicóptero”. A Polícia Federal montou uma barreira para conter os agricultores, que consideraram “a presença do diretor do parque como uma provocação”. Ainda segundo o jornal, “a polícia utilizou violência e seis bombas de efeito moral para conter os manifestantes”. “Os estilhaços dos artefatos feriram o braço direito de uma menina aparentando ter sete anos”, diz a reportagem.

O prefeito de Medianeira, Luiz Suzuke, afirmou para o jornal que “Ele (Gonchorosky) sabe que é indesejado na região e poderia ter acessado a aeronave do outro extremo da estrada”, disse Suzuke, que classificou a presença do diretor do Parque Nacional do Iguaçu no local de “inconsequente”.

Posto isto, peço a aprovação deste requerimento, a fim de esclarecer as atitudes deste funcionário do Ibama e seu real envolvimento no confronto ocorrido na estrada.

REQUERIMENTO Nº 2159

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), solicitando informações sobre os convênios firmados com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), referentes a implementação de programas e serviços prestados ao Parque Nacional do Iguaçu.

1 - Quantos e quais são convênios firmados entre o Ibama e a SPVS?

2 - O que foi executado do previsto no Plano de Trabalho e nos Planos Operativos do protocolo dos convênios?

3 - Qual o custo total dos investimentos realizados até o presente momento pelo Ibama?

4 - Qual a contrapartida total da SPVS nos convênios?

5 - Quantos Termos Aditivos foram firmados com a SPVS e qual valor dos mesmos?

6 - Cópias dos relatórios de execução físico-financeira e da prestação de contas da SPVS sobre os referidos convênios, devidamente acompanhadas, na forma estabelecida pelo artigo 20 da IN 01/97 da STN, dos extratos da conta bancária específica do período de recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Alicerçado nos pilares fundamentais da administração pública direta, indireta ou fundacional, através dos princípios da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade e também da eficiência, faz-se necessário levantar detalhadas informações sobre todos os convênios firmados entre o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), referentes à implementação de programas e serviços prestados ao Parque Nacional do Iguaçu.

Tal solicitação tem por finalidade conhecer e fiscalizar todas as atividades realizadas pela chefia do Parque Nacional do Iguaçu e pela SPVS, tendo em vista que esta unidade de conservação é patrimônio da humanidade e precisa ser exemplo no trato da coisa pública.

Posto isto, solicito aos nobres pares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a aprovação deste requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 270/2001

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer do município de Chopinzinho, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Rede Feminina de Combate ao Câncer do município de Chopinzinho, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública, por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 271/2001

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Combate da Polícia Militar do Estado do Paraná, a instalar uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Assis Chateaubriand tem uma população de cerca de 33 mil habitantes e vem experimentando um grande crescimento econômico e demográfico, gerando, por consequência, um significativo acréscimo de edifícios na área habitacional e comercial.

Atualmente o atendimento a incêndios é realizado pelo Corpo de Bombeiros de Toledo, distante aproximadamente 38km do município, o que leva aproximadamente 45 minutos para chegar até o local da ocorrência, ocasionando esse lapso de tempo prejuízos de grande monta e colocando em sério risco a vida daquela população.

Vale ressaltar que nos sinistros é o Destacamento da Polícia Militar de Assis que presta os primeiros socorros até a chegada da brigada de incêndio, cuja corporação local, investida de grande esforço, porém sem estrutura e poucos homens não consegue obter resultados desejados e satisfatórios até a chegada da unidade, razão pela qual justifica-se a presente proposição e para a qual contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 272/2001

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao município de Paranavaí, imóvel de propriedade do Estado, situado no loteamento Bairro Três Marias, na quadra nº 06, medindo 1.305,00 m ,com inscrição imobiliária 097/06/2001, registrado sob nº 28.993, livro 3-A-D, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será exclusivamente utilizado para instalação de uma escola municipal, que atenderá ao Ensino Fundamental, vigorando a cessão até 31 de dezembro de 2005, podendo ser prorrogada por mais quatro anos, mediante consenso entre as partes, tornando-se, automaticamente, sem efeito caso haja descumprimento das finalidades estabelecidas,

ficando a cessionária responsável pela guarda e conservação de tais bens, sem direitos a ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem a iniciativa de ceder ao município de Paranavaí imóvel de propriedade do Estado, para que ali se instale uma escola destinada a atender o ensino fundamental.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio nos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 273/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A pessoa idosa cujos documentos tenham sido roubados ou furtados fica isenta do pagamento de taxa para a confecção da segunda via.

§ 1º - Considera-se idosa, para efeito deste projeto de lei, a pessoa com mais de sessenta anos de idade.

§ 2º - Será cobrado das pessoas que não se encontrem na situação prevista no § 1º, pela emissão da segunda via de cédula de identidade roubada ou furtada, o mesmo valor cobrado pela emissão da primeira via.

Art. 2º - A concessão do benefício que trata este projeto de lei, condiciona-se:

I - A apresentação de cópia da ocorrência policial, autenticada pela autoridade que a emituiu, contendo o registro dos documentos roubados ou furtados;

II - A requisição da segunda via do documento no prazo de trinta dias contados do registro policial do roubo ou do furto.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÕNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Com este projeto de lei estaremos fazendo justiça com os idosos, isentando-os do pagamento de taxas cobradas pela Secretaria da Segurança, através do Instituto de Identificação.

Neste caso, em específico, o idoso será contemplado com o isenção por dois fatores: o primeiro referente à idade avançada e pelos anos de trabalhos prestados; o segundo refere-se ao fato de o mesmo ter sido vítima de roubo ou furto, não sendo justo que a pessoa agredida ainda precise pagar para tirar segunda via da Carteira de Identidade.

É obrigação do Estado garantir segurança aos seus cidadãos. Quando não é dever do mesmo arcar com os custos para que possam exercer seus direitos.

PROJETO DE LEI Nº 274/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a região metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos municípios de Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Tibagi, Palmeira, Teixeira Soares, Imbituva e Ipiranga, áreas estas limítrofes, dando início à Região Metropolitana, à qual poderá ser estendida futuramente.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Ponta Grossa terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 07 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo governador do Estado, sendo necessariamente, e no mínimo, 03 (três) deles indicados pelos municípios que compõe a Região Metropolitana, sendo que o município de Ponta Grossa será considerado membro - nato.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Ponta Grossa e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Ponta Grossa.

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São serviços comuns e de interesse coletivo dos municípios que integram a Região Metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

- II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;
- III - uso do solo metropolitano;
- IV - transporte e sistema viário;
- V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental;
- VI - outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto desta lei.

Art. 7º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O planejamento moderno deverá ser sistemático e orgânico para que os resultados efetivamente tragam algum benefício à sociedade. Assim, umas das técnicas muito utilizadas em todo o mundo é o planejamento regional.

Dentro dessa perspectiva, os municípios de uma região determinada e com afinidades de natureza histórico-cultural e mesmo de espaço geográfico, passam a fazer parte de um projeto definido de desenvolvimento envolvendo todas as situações do indivíduo - cidadãos, bem como da comunidade como um todo.

No Brasil, a Constituição de 1.988 procurou dar condições jurídicas para que os municípios pudessem se organizar, sem evidentemente perderem suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso País.

Assim, o artigo 25, parágrafo 3º da CF delega aos Estados a criação através de Lei Complementar, de regiões metropolitanas. A Constituição Estadual, por seu turno, e no capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização das regiões metropolitanas.

Os municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Ponta Grossa têm uma vida econômica e social interligada por fatores os mais diversos, como a presença da Universidade, a indústria, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim todo um universo convergente que habita a constituição de uma Região Metropolitana destinada a melhorar, qualificando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e de desenvolvimento de cada um e de todos os municípios integrados.

Assim, além de necessidade patente, a criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa comunga com anseio da comunidade que exige, cada vez mais, o atendimento de suas necessidades.

PROJETO DE LEI Nº 275/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentas do Imposto sobre Operações Relativas à circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICMS, as operações com lâmpadas fluorescentes de descarga em baixa pressão, de base única, com ou reator eletrônico incorporado, com eficiência superior a 40 lúmenes por W, classificadas no código 8539.31.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH) e lâmpadas de vapor sólido, de alta pressão, classificadas no código 8539.32.00 da NBM/SH - Nomenclatura Brasileira de Mercadorias -Sistema Harmonizado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente proposição é tornar competitivo o comércio de lâmpadas econômicas fluorescentes compactas, que estão 40% mais caras no Estado do Paraná que em outros Estados da Federação, devido ao convênio ICMS nº 27/2001 que não aplicou o benefício de isenção ao nosso Estado, ocasionando fuga de empresas paranaenses para outros Estados que negociam com essas lâmpadas, trazendo com isso o desemprego para os lares paranaenses.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 276/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamiranga, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor, no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de Utilidade Pública da Associação dos Pequenos Agricultores de Guamiranga, do nosso querido município de Guamiranga.

Essa entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeira-

mente em prol dos pequenos agricultores no município de Guamiranga.

A agricultura familiar hoje representa parcela representativa na produção paranaense, além de manter raízes de desenvolvimento nos mais diversos rincões do nosso Estado, e a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamiranga, vem bem representando os interesses da agricultura local, promovendo a união dos produtores e o crescimento da região de Guamiranga.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis ao projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamiranga, mas a toda a população da região do nosso estimado município de Guamiranga.

PROJETO DE LEI Nº 277/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Pequenos Agricultores de Água Branca, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor, no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de Utilidade Pública da Associação dos Pequenos Agricultores de Água Branca do nosso querido município de Guamiranga.

Essa entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeiramente em prol dos pequenos agricultores no município de Guamiranga.

A agricultura familiar hoje representa parcela representativa na produção paranaense, além de manter raízes de desenvolvimento nos mais diversos rincões do nosso Estado, e a Associação dos Pequenos Agricultores de Água Branca, vem bem representando os interesses da agricultura local, promovendo a união dos produtores e o crescimento da região de Guamiranga.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis ao projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Associação dos Pequenos Agricultores de Água Branca, mas a toda a população da região do nosso estimado município de Guamiranga.

PROJETO DE LEI Nº 278/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamirim, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor, no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de Utilidade Pública da Associação dos Pequenos Agricultores de Guamirim, do nosso querido município de Guamiranga.

Esta entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeiramente em prol dos pequenos agricultores no município de Guamiranga.

A agricultura familiar hoje representa parcela representativa na produção paranaense, além de manter raízes de desenvolvimento nos mais diversos rincões do nosso Estado, e a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamirim, vem bem representando os interesses da agricultura local, promovendo a união dos produtores e o crescimento da região de Guamiranga.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis ao projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamirim, mas a toda a população da região do nosso estimado município de Guamiranga.

PROJETO DE LEI Nº 279/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Curitiba, com sede e foro nesta comarca.

Art. 2º - Esta lei complementar, entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Curitiba, denominação esta decorrente da alteração feita em 25.01.99, sob o número

137.696 do Cartório do Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição desta Comarca de Curitiba, é uma entidade direcionada ao atendimento dos seus associados e suas respectivas famílias, no que diz respeito a encaminhamentos para trabalhos, assistência médica, estabelecimentos educacionais e outros.

A atual diretoria vem desenvolvendo um excelente trabalho, digno de elogios por parte dos seus associados e suas respectivas famílias que estão sendo atendidos dignamente.

PROJETO DE LEI Nº 280/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de utilidade pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Pequenos Agricultores de Nova Boa Vista, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei complementar, entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor, no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de utilidade pública da Associação dos pequenos Agricultores de Nova Boa Vista, do nosso querido município de Guamiranga.

Esta entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeiramente em prol dos pequenos agricultores no município de Guamiranga. A agricultura familiar hoje representa parcela representativa na produção paranaense, além de manter raízes de desenvolvimento nos mais diversos rincões do nosso Estado, e a Associação dos pequenos Agricultores de Nova Boa Vista, vem bem representando os interesses da agricultura local, promovendo a união dos produtores e o crescimento da região de Guamiranga.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis ao Projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Associação dos Pequenos Agricultores de Nova Boa Vista, mas a toda população da Região do nosso estimado município de Guamiranga.

PROJETO DE LEI Nº 281/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de utilidade pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Pequenos Agriculto-

res de Alto do Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei complementar, entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor, no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de utilidade pública da Associação dos pequenos Agricultores de Alto do Tigre, do nosso querido município de Guamiranga.

Esta entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeiramente em prol dos pequenos agricultores no município de Guamiranga. A agricultura familiar hoje representa parcela representativa na produção paranaense, além de manter raízes de desenvolvimento nos mais diversos rincões do nosso Estado, e a Associação dos pequenos Agricultores de Alto do Tigre, vem bem representando os interesses da agricultura local, promovendo a união dos produtores e o crescimento da região de Guamiranga.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis ao Projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Associação dos Pequenos Agricultores de Alto do Tigre, mas a toda população da Região do nosso estimado município de Guamiranga.

PROJETO DE LEI Nº 282/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de utilidade pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Pequenos Agricultores de Manduri, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei complementar, entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor, no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de utilidade pública da Associação dos pequenos Agricultores de Manduri, do nosso querido município de Guamiranga.

Esta entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeiramente em prol dos pequenos agricultores no município de Guamiranga. A agricultura familiar hoje representa parcela representativa na produção paranaense, além de manter raízes de desenvolvimento nos mais diversos rin-

cões do nosso Estado, e a Associação dos pequenos Agricultores de Manduri, vem bem representando os interesses da agricultura local, promovendo a união dos produtores e o crescimento da região da comunidade de Manduri, de Guamiranga.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis ao Projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Associação dos Pequenos Agricultores de Manduri, mas a toda população da Região do nosso estimado município de Guamiranga.

PROJETO DE LEI Nº 283/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Pequenos Agricultores de Rio Bonito, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor, no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de Utilidade Pública da Associação dos Pequenos Agricultores de Rio Bonito, do nosso querido município de Guamiranga.

Esta entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeiramente em prol dos pequenos agricultores no município de Guamiranga.

A agricultura familiar hoje representa parcela representativa na produção paranaense, além de manter raízes de desenvolvimento nos mais diversos rincões do nosso Estado, e a Associação dos Pequenos Agricultores de Rio Bonito, vem bem representando os interesses da agricultura local, promovendo a união dos produtores e o crescimento da região de Guamiranga.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis aos projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Associação dos Pequenos Agricultores de Rio Bonito, mas a toda população da região do nosso estimado município de Guamiranga.

PROJETO DE LEI Nº 284/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Pequenos

Agricultores de Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor, no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de Utilidade Pública da Associação dos Pequenos Agricultores de Tigre do nosso querido município de Guamiranga.

Esta entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeiramente em prol dos pequenos agricultores no município de Guamiranga.

A agricultura familiar hoje representa parcela representativa na produção paranaense, além de manter raízes de desenvolvimento nos mais diversos rincões do nosso Estado, e a Associação dos Pequenos Agricultores de Tigre, vem bem representando os interesses da agricultura local, promovendo a união dos produtores e o crescimento da região de Guamiranga.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis aos projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Associação dos Pequenos Agricultores de Tigre, mas a toda população da região do nosso estimado município de Guamiranga.

PROJETO DE LEI Nº 285/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Pequenos Agricultores de Barreiro-Apeaba, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor, no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de Utilidade Pública da Associação dos Pequenos Agricultores de Barreiro, do nosso querido município de Guamiranga.

Esta entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeiramente em prol dos pequenos agricultores da comunidade de Barreiro, no município de Guamiranga.

A agricultura familiar hoje representa parcela representativa na produção paranaense, além de manter raízes de desenvolvimento nos mais diversos rincões do nosso Estado, e a Associação dos Pequenos Agricultores de Barreiro, vem bem representando os interesses da agricultura local, promovendo a união dos produtores Barreiro, de Guamiranga.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis ao projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Associação dos Pequenos Agricultores de Barreiro - Apeaba, mas a toda população da região do nosso estimado município de Guamiranga.

PROJETO DE LEI Nº 286/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de utilidade pública o PROVOPAR - Ação Social de Missal, com sede e foro no município de Missal-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR - Ação Social de Missal, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, sem preferência de credos, políticos ou religiosos.

O Programa do Voluntário Paranaense de Missal vem desenvolvendo ações de relevante teor social, abrangendo uma parcela da população representada por criança, idosos e deficientes, com objetivo de analisar as condições sócio-econômicas, culturais e suas perspectivas de futuro, contribuindo para formação e desenvolvimento da vida social.

Dentre seus objetivos estão atender a criança carente, ao idoso e ao deficiente; organizar a ação do voluntário, para melhoria dos serviços prestados nas entidades sociais; incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social para uma maior participação; realizar campanhas, eventos promoções em benefício das Entidades Sociais e auxiliar pessoas comprovadamente necessitadas em diversas formas de auxílio.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública estadual.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao senhor deputado Moysés Leônidas, no Pequeno Expediente.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados.

Tenho trazido aqui, durante este semestre, a preocupação do povo de Londrina com relação à questão da segurança da cidade.

E agora que estamos entrando na fase final para o recesso no Legislativo, quero deixar a preocupação também registrada aqui, com relação ao levantamento feito na cidade de Londrina, neste 1º semestre, ainda não terminado, com 43 homicídios na cidade.

Há um depoimento do próprio delegado-chefe, o doutor Gilson Garret, que disse que a polícia encontra inúmeros entraves que vão desde a falta de pessoal, à falta de recursos, falta de gasolina, que é uma vergonha para todos nós. E a dificuldade que tem, inclusive de punir todos esses criminosos, exatamente porque a polícia não está devidamente aparelhada para poder fazer os inquéritos e concluí-los, e a maioria absoluta fica impune em função de fraco recurso que existe na questão da segurança.

Estou vendo hoje, no plenário, os agentes penitenciários. Não sabia que esse pessoal estaria hoje aqui. Quero dizer que há uma preocupação nossa, em Londrina, porque o ex-deputado, o secretário da Segurança, José Tavares, “está tapando o sol com a peneira”. Está querendo tirar os agentes penitenciários lá da penitenciária de Londrina, para relocá-los aqui na Penitenciária Central do Paraná, para tentar, sobretudo, encobrir a incompetência do próprio secretário, da sua equipe que comanda a segurança no Paraná.

Então, reafirmo que não sabia da presença dos agentes penitenciários, mas estou lá, em comum com os agentes da minha cidade, Londrina, para não deixar que essa transferência seja permitida pelo próprio Estado, porque vai guarnecer a capital e desgarnecer a cidade de Londrina, o interior.

Um outro assunto, senhor presidente, que estou trazendo hoje, é com relação a uma preocupação que temos colocado já há muito tempo na Assembléia, não só eu, mas todos os companheiros, que é a questão da educação no Paraná.

Estou acompanhando através da imprensa, especificamente o jornal “A Folha de Londrina”, que me diz respeito, da nossa questão com relação à promoção desse plano de carreira, dos avanços do professorado.

O Governo, nesse período que vai de outubro de 99 até maio de 2000, não pagou nem celetista e nem o estatutário, e através da secretaria anunciou que estava efetuando o pagamento devidamente reconhecido pela própria Educação e pelo Governo, o avanço vertical para os estatutários.

E a maioria absoluta, acho que compõe, é exatamente o pessoal de carreira, os estatutários, os celetistas recebendo, os estatutários não, tomando assim o governo uma forma discriminatória com relação aos professores que estão ligados à carreira, também, através do estatuto próprio do magistério público do Paraná.

Então, quero deixar aqui a nossa preocupação e, inclusive, pedir a compreensão do líder do Governo,

deputado Durval Amaral, que estou hoje na Ordem do Dia entrando com um requerimento para pedir informação oficial, não adianta mais só verbalmente ou o chamado boca-a-boca que é comum da secretária Alcyone, que trata e não cumpre, e quero levar esse documento pessoal e um documento oficial do Estado para poder levar em especial ao pessoal do núcleo de Londrina e de toda a região Norte do Paraná, de quem sou literalmente cobrado, deputado Vanhoni, constantemente, até porque represento a região.

Então, o governo não pode, - primeiro, pode reconhecer o que está devendo - criar duas situações - paga para o celetista e não paga para o estatutário. E numa fase dessas em que o professor ganha esta miséria, e que Jaime Lerner, nos dois governos, já está concluindo, não cumpriu com o professorado, porque a educação é o “calcanhar de Aquiles” do governo Lerner, há uma decepção total, há uma desilusão total com a questão da educação e esse tema, direção de escola, nós vamos falar numa hora especial, acho que não pode criar essa situação discriminatória, de pagar um segmentos e não pagar outro.

Então, não quero também nenhum tipo de informação que seja de ordem verbal. Quero levar o documento, a informação oficial do governo do Estado do Paraná.

Neste final de recesso vejo com muita preocupação a questão da segurança do Paraná. O governo Lerner não se faz ouvir, há um clamor muito grande com relação à segurança do Paraná, em especial da incompetência do secretário Tavares que sobrepôs-se ao cargo e acha que tem o poder todo na mão, esquecendo que o poder é efêmero e que vai passar, mas tudo isto que está acontecendo nós sabemos que vai realmente mais tarde recair em cima do próprio governo, que já não anda bem das pernas com relação ao seu traçado junto à opinião pública.

Então, senhor presidente, quero deixar aqui essa preocupação e pedir o apoio do líder do Governo e dos próprios deputados para que a gente faça passar esse requerimento que quer as informações da secretária da Educação, reservando-me, inclusive, depois de receber a resposta, a voltar a esta tribuna para colocar todo o nosso descontentamento de uma forma clara e lúcida com relação ao governo Jaime Lerner.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, conforme requerimento aprovado anterior, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, vamos ouvir depoimentos de representantes da Federação das APAE's do Paraná.

Inicialmente, o senhor José Alcides Marton da Silva, presidente, por quinze minutos.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, em primeiro lugar quero noticiar, como já é sabido de todos, a presença dos agentes

penitenciários do Estado do Paraná, que reunidos hoje pela manhã na Sociedade da Urca, com representantes de todo o Paraná, discutiram os graves problemas das penitenciárias do nosso Estado e estão hoje presentes também na Assembléia Legislativa para fazer um pleito aos deputados estaduais e à Mesa Executiva da nossa Assembléia.

E hoje, em função da decisão de uma discussão que a Comissão de Educação realizou na semana passada, diante de um apanhado a respeito do problema da educação especial no Estado do Paraná, nós temos a honra de receber o doutor José, presidente da Federação das APAE's e o doutor José Dienevitz que também está presente, que dividirão o tempo, ilustrando para os senhores deputados as dificuldades por que passa a educação especial no nosso Estado.

Era isto, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, pedindo escusas ao nosso visitante e também, para, em cima do que disse o deputado Ângelo Vanhoni - nós participamos, pela manhã, da assembléia dos agentes penitenciários. Eles tiraram uma agenda, uma série de proposições, que desejam discutir com o secretário da Segurança Pública. Naturalmente, não sou eu o mais indicado e nem o deputado Ângelo Vanhoni, para pedirmos essa audiência ao secretário da Segurança Pública.

Encareço ao líder do governo, deputado Durval Amaral, que por favor, providencie uma agenda do secretário, para que esta semana ainda, possa receber uma comissão, já tirada com o representante de Londrina, Maringá e, aqui, de Curitiba, a fim de que ele tome conhecimento, do que a plenária tomou hoje pela manhã, durante a assembléia.

Faço esse apelo ao líder do Governo, no sentido de que proceda esse contato com o secretário de Segurança, para agendar essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em nome desta Casa e de todos os parlamentares, queremos dar as boas-vindas aos agentes penitenciários.

Com a palavra, o presidente da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, José Alcides da Silva.

O SR. JOSÉ ALCIDES DA SILVA

Senhor presidente, nossos amigos deputados, boa-tarde.

Antes de mais nada, gostaríamos, em nome da Fundação Brasileira de Instituição de Excepcionais e também, com certeza, em nome da federação de APAE's do Estado do Paraná, agradecer o empenho da Comissão de Educação desta Casa, que nos abriu espaço para esta discussão e também para trazer um pouco da nossa preocupação aos senhores.

Gostaria de colocar que a coincidência da data, junto com o pessoal da Polícia Civil, com a nossa causa,

foi lembrado por um professor, hoje, na nossa escola, que o nosso também é um caso de polícia.

Eu gostaria de traçar um rápido histórico:

Há 40, 50 anos atrás, o portador de deficiência, principalmente, o portador de deficiência mental, estava em uma grande cidade, geralmente confinado à sua residência, vivendo como um bicho. No interior, essas crianças, esses jovens adultos, portadores de deficiência, andavam pelas ruas, perambulando - eram motivo de chacota. Era esse o lugar que o portador de deficiência ocupava na sociedade.

Com a preocupação dos pais desses portadores de deficiência, no final dos anos 50, no início dos anos 60, esses começaram a se mobilizar, para criar espaços de atendimento a essas crianças. Foram criadas as APAE's, as Pestaloses e as escolas Especiais, que tiveram nesses 40, 50 anos, um papel fundamental no atendimento do portador de deficiência, colocando o Brasil entre os países que melhor atendem o portador de deficiência e o Paraná, em posição de destaque nesse atendimento.

Essa iniciativa dos pais, logo em seguida, por ser responsabilidade do governo, de dar atendimento e escola a todas as crianças, o Estado, através da Secretaria da Educação, viabilizou convênios para atendimento dessas crianças nas Escolas Especiais. Todos nós conhecemos o grande trabalho das Escolas Especiais, no Estado do Paraná, em Curitiba. Cada deputado, com certeza, tem uma ligação com uma APAE ou com um Escola Especial, de modo muito familiar e afetivo.

A resolução que norteia esse repasse de verbas, os convênios com a Secretaria da Educação, de alguns anos para cá foi feito ou de forma leviana ou por algum motivo fez com que algumas escolas recebessem mais que outras e quando a secretária Alcyone Saliba assumiu a Secretaria da Educação viu a discrepância que existia, enquanto uma escola recebe R\$45,00 per capita, por mês, tem outras que recebem R\$230, 240, 250, per capita, por mês. Ela então sugeriu, e foi provocado por ela, que se fizesse uma nova resolução, para normatizar esses convênios. Só que essa discussão da nova resolução, já há um ano e meio, desde maio do ano passado, vem sendo discutida e nunca se chega a um bom termo. Por quê?

Porque a gente sente que a preocupação da Secretaria da Educação, não é com o portador de deficiência, não é com o atendimento, não é com a qualidade do serviço prestado ao portador de deficiência e sim, é uma só, econômica!

Por isso todas as sugestões feitas pela Comissão de negociação, são rejeitadas, E hoje a preocupação é muito grande porque há seis anos nós não temos um centavo de aumento no repasse da verba. Por outro lado, existe um sindicato da categoria pressionando para que as instituições paguem e dêem os reajustes anuais. A instituição está sendo prensada, por um lado a Secretaria que não repassa, por outro, a obrigatoriedade da lei, para que se repasse o salário que tem que ser repassado.

A base de toda educação é o professor da escola especial e hoje a proposta da Secretaria da Educação é que não se repasse mais dinheiro para as escolas especiais e, sim, faça cedência de pessoal, através do Paranaeducação, coisa que a educação especial do Estado, simplesmente refuta, porque não é possível manter a qualidade do atendimento do portador de deficiência com um salário de fome! Não é possível ter um bom atendimento, quando se deveria aumentar o orçamento para a educação especial. Se reduzir, e nós calculamos que o Paranaeducação precisa ter lucro em cima desse repasse, porque senão, ele também não tem como subsistir.

Por isso estamos aqui, junto até com alguns professores, trazendo a grande preocupação nossa, o futuro e a manutenção das escolas especiais, do portador de deficiência do Estado.

Eu sou pai de um portador de deficiência e fico indignado porque tenho que ser a voz e o entendimento do meu filho. E, muitas vezes, quando a gente se defronta com pessoas insensíveis à causa do portador, faz a gente ficar muito triste.

Um pai de um portador de deficiência uma vez estava refletindo: - Se toda a criação de Deus, se tudo aqui que Deus criou é perfeito, aonde está a perfeição do meu filho? O meu filho não fala, o meu filho não anda direito, o meu filho não vai ter namorada, o meu filho não vai se casar, não vai constituir uma família, aonde está a perfeição de Deus, na criação do meu filho? E esse pai descobriu, quando passeava com o menino, por uma praça. Tinha uma turminha que jogava futebol, que chamou o menino, apesar de toda deficiência dele, para jogar futebol. Ele descobriu que a perfeição de Deus, no seu filho, estava nos olhos de quem o via. A perfeição de Deus, no meu filho Gustavo, em todos os 35.000 portadores de deficiência, atendidos nas nossas escolas especiais, está nos olhos dos senhores, nos olhos da secretária Alcyone Saliba, e é em nome dessa perfeição que eu não encontro no meu filho, mas eu encontro nos senhores e em toda a sociedade que eu peço socorro para a educação especial.

O SR. JOSÉ DINIEWICZ

Senhor presidente, senhores deputados.

Como somos dois Josés e fomos apresentados mais ou menos, eu gostaria que ficasse bem clara essa situação. Quem lhes falou foi o José Alcides, presidente da FEPE, eu sou José Diniewicz, presidente da Federação das APAE's do Estado do Paraná. Ele é pai; eu sou amigo.

Gostaria de complementar as palavras do companheiro José Alcides e citar aos senhores e à platéia os nossos reais problemas enfrentados nos dia-a-dia, com relação ao convênio 2615/96.

Eis aqui os nossos maiores problemas: não tem havido assinatura de nossos convênios. Os termos aditivos referentes ao convênio não têm sido liberados. Os repasses para pagamento de salários acham-se completa-

mente defasados em relação às exigências sindicais, isto é, o piso da categoria. Não tem havido repasse para o pagamento da gratificação de 50% devida aos professores que concluíram a sua especialização em educação especial como previsto pelo Decreto 7563/91.

Os repasses de recursos voltaram a ser feitos após o 5º dia útil, o que acarreta, para exemplificar, uma multa de 5% sobre os valores devidos ao INSS. Ainda não houve o repasse dos recursos para o pagamento do terço constitucional de férias referente a 2000, e por isso algumas entidades já estão questionadas na Justiça do Trabalho.

No ano passado, como as negociações com a SEED não avançaram, por decisão unânime de todos os envolvidos com a educação especial em Curitiba e no Estado do Paraná, houve uma caminhada pela cidadania, que contou com a participação de mais de 2 mil pessoas, entre portadores de deficiência, profissionais da área, pais e amigos, e tiveram como endereço final o Palácio Iguaçu. De lá saiu uma comitiva que representou o movimento e foi recebida pela secretária Fani.

A partir daquele encontro várias outras reuniões foram realizadas, inclusive com a criação de subcomissão que teriam a finalidade de envolver no processo, além da ajuda da SEED, a Secretaria de Saúde, do Trabalho, da Criança e Assuntos da Família. Isso, até hoje, tudo no papel!

Para adiantar um pouco as palavras, eu gostaria de colocar aos senhores a situação atual. Hoje nós temos o convênio de 35.162 alunos.

O custo anual para SEED é de R\$36.979 mil e mais R\$11.129 mil relativo às cedências, que daria um total de 48 milhões.

Contudo, nós precisamos de 55 milhões para que a atual Resolução 2615/96 seja integralmente cumprida. Temos contratados por esse convênio, 4.203 professores, 706 são estatutários, portanto, se nós tivéssemos que colocar todo esse pessoal contratado ganhando a piso de sindicato, nós teríamos uma necessidade hoje de 85 milhões de Reais, quando o orçamento para educação especial é de apenas 40 milhões.

Portanto, finalizando a nossa participação, o que nós realmente pretendemos para a educação especial do Paraná? Pretendemos que seja efetuado um concurso público do Quadro Próprio do Magistério e não um concurso com base na Paranaeducação que não vai resolver o problema da educação especial do Paraná.

Como não é possível para este ano, para o ano que vem é, e precisamos contar com o apoio dos senhores: - nós precisamos um plano orçamentário para atingir um per capita de 2.361,00 para o ano que vem. Precisamos um indexador para os repasses dos recursos com base no salário-mínimo vigente.

Enquanto a SEED não cumprir o item 01, que cumpra a Resolução atual, principalmente em relação a convênios novos, termos aditivos, termos de férias e gratificação de 50%. Nada pode ser resolvido em termos de

outra resolução. Queremos a aprovação do que já existe e que, se cumprido, está sendo ideal para as nossas escolas.

Havendo a certeza do concurso, as entidades, se sair por exemplo, o concurso referente ao Paranaeducação, na sequência, as entidades terão que rescindir seus contratos com os professores e elas não têm recursos para esse fim e precisarão, nada mais nada menos que vinte milhões de reais para essas rescisões. Ficaria inviável às entidades cobrirem esse valor com os seus já poucos recursos.

Contando com a sensibilidade dos senhores, presidente da Assembléia e demais deputados, encerramos a nossa participação e ficamos à disposição para alguma pergunta que se fizer necessária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência agradece a participação do senhor José Alcides, presidente da Federação Ecumênica de Proteção ao Excepcional e do senhor José Diniewicz, presidente da Federação das APAE's.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, vejo que o Estado do Paraná não tem uma política clara para a educação especial no nosso Estado. Os professores que são cedidos pelo Estado, através de convênios, para atender 37 mil crianças portadoras de alguma deficiência no Estado do Paraná, estatutários, são apenas 780. O restante dos quatro mil e poucos professores, são contratados por convênio. As entidades mantenedoras, o piso salarial pago pelas entidades tem que atender as demandas em função da iniciativa privada, isto é, piso salarial determinado pelo Sindicato da categoria privada.

A secretária da Educação tem duas propostas em relação a este assunto, sem falar nos diversos problemas: a falta de apoio, a falta de estrutura. Não há uma política completa e os problemas na área da saúde são muito grandes e, na realidade, é o atendimento que completa a área educacional relativa aos portadores de deficiência. A secretária, além de não cumprir a resolução baixada pela própria Secretaria da Educação, está propondo, nas discussões com as Comissões, duas alternativas: uma é ceder professores na integralidade - através da Secretaria da Educação. E a outra, seria essa de manter os convênios dos repasses, e nos repasses o recurso não é suficiente. Para repassar os professores para as APAE's, a proposta está sendo do Paranaeducação.

Ora, será que nós, do Estado do Paraná, será que a Assembléia Legislativa, será que o governador Jaime Lerner está sabendo que para atender exatamente aqueles que mais necessitam, vamos, na realidade, colocar para os profissionais desta área: os profissionais com menos garantias vão trabalhar na área da educação do Estado do Paraná! Será que é esse o atendimento da Educação Especial que as crianças que necessitam, no Estado do Paraná, precisam? Exatamente onde o professor precisa

ter mais estímulo, o professor precisa ser aquele mais profissionalizado, precisa ter conhecimento técnico, precisa ter uma dedicação exclusiva, precisa ter garantias de que o seu trabalho naquela escola, não será prejudicado por qualquer circunstância.

Será que exatamente esses professores, esses mil dois, três mil, estes têm que ir para o Paranaeducação? Será que o Estado do Paraná não tem condições, através de concurso público, garantir uma educação especial decente e digna para as nossas crianças no nosso Estado? Será que o custo unitário de um portador de deficiência: seja visual ou seja motora, será que o custo unitário para a secretária da Educação não passa apenas de um número, um número frio, um número seco? Será que o trabalho, o envolvimento psicológico, a capacitação de um mestre, de um professor que possivelmente vai ficar - 14, 15, 20, 25 anos cuidando de uma criança portadora de deficiência, será que tem que ser funcionário celetista com todas as intempéries e as incertezas que essa vinculação trabalhista dá para um mestre! Será que é essa situação que nós desejamos para a educação do nosso Estado?

Por isso, senhores deputados, o assunto da Educação Especial - como de resto, de outros setores do Estado do Paraná, mas em especial este, merece uma reflexão fundamentalmente por parte da bancada que dá sustentação ao Governo. Não por ser a bancada que dá sustentação ao Governo, mas porque acho que é a bancada que pode corrigir o curso pelo qual o Governo vem encaminhando, sobretudo neste setor.

Neste sentido é que faço um apelo aos senhores deputados, que ajudem as escolas, as federações e as entidades que trabalham com as crianças portadoras de deficiência. Não permitam que o Estado do Paraná ponha professores com vínculo empregatício frágil, para cuidar daqueles que são mais frágeis e que precisam do apoio do Estado e do apoio da sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência sugere ao nobre deputado que, com a aquiescência de todos os senhores parlamentares, seja convocada a secretária da Educação para tratar de assunto tão relevante.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Em cima do que Vossa Excelência acabou de colocar. Nós que fazemos parte da Comissão de Educação e que tratamos do assunto na semana passada, pretendíamos fazer amanhã esse debate. Em função do que nos foi solicitado, de que a Assembléia se dedicasse esta última semana a limpar a pauta - a Ordem do Dia, nós vamos programar, sim, para após o recesso parlamentar, um seminário para que possamos discutir a questão da Educação Especial, que é, na verdade, uma situação calamitosa.

Lamentavelmente a secretaria da Educação é muito mais uma pessoa ligada à questão de numerário, à questão de economia. Ela é uma grande economista, lamentavelmente. Não tem sensibilidade.

Anteriormente até um tempo atrás, as APAE's eram tidas como parceiras na discussão da educação Especial. Hoje, parece que a secretaria da Educação vê nas APAE's, aquelas entidades que vêm atrapalhar, que só vêm pedir. Como se isso fosse necessário, senhor presidente. Há que se ter sensibilidade para tratar com a Educação Especial. Neste sentido vamos fazer sim, um seminário aqui nesta Casa.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Queria também, aproveitando este período e aproveitando que as pessoas que se preocupam com a questão da Educação Especial, uma boa parte está aqui hoje.

Acho muito importante que tenhamos esse tipo de debate, até publicamente. Tenho falado por mim, quero dizer ao Deputado Vanhoni, tenho tido uma preocupação com a Educação Especial desde o início da minha carreira pública. Aliás, sou de família de professores, minha mulher é professora. E nós temos não só em termos de compromisso com a vida pública, mas temos até como uma pessoa de fé, e fazemos esse trabalho, até porque temos filhos em casa, em toda a família não temos casos de excepcionalidade e isso nos impulsiona até como uma forma de agradecimento para o trabalho.

E dizer que quero fazer das palavras do deputado Algaci Tulio, as minhas palavras. A secretária Alcione é uma curiosa da Educação. Acho que o governo Lerner peca ao ter essa mulher aí. Entendo que se ela tem algum compromisso ou o governo tem com ela, que utilize o seu trabalho na Secretaria do Planejamento do Estado, que vá catar recursos do Banco Mundial, do BIRD, "da pe-quê". Com todo respeito, mas que não fique criando esses entraves.

Usei hoje a tribuna, falando exatamente desta questão. A Educação num todo, é o calcanhar de Aquiles do governo Lerner. Tratou no 1º turno, ludibriou a categoria, ganhou o 2º e vai terminar o governo sem nada na questão da educação. E o que é pior, a professora Alcyone, com todo respeito, acho que nunca entrou numa sala de aula. Ela acabou com aspecto pedagógico da Educação do Paraná, é curiosa da Educação e o governo está pagando por isso. E nós aqui temos que trabalhar nesse sentido. Tenho um carinho enorme pela Educação Especial.

Quem transitou por Londrina sabe da minha vida nesta questão. Acho que o foro competente é aqui para falarmos sobre todas as verdades que o governo não está acostumado a ouvir.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Não vou fazer mais uma colocação; já foi explicado por parte dos professores que aqui estão, enfim, da Federação das APAE's.

Gostaria que, quem sabe solicitássemos aos dois Josés que se pronunciaram, que encaminhassem a Vossa Excelência, enquanto presidente da Casa, cópia dessas preocupações relatadas na Sessão. E que essas cópias pudessem ser colocadas a todos os deputados, porque, afinal de contas, há ali convênios que foram assinados, que segundo os depoentes, não estão sendo cumpridos. Isso nos interessa, senhor presidente, o que é que está acontecendo, porque aí, sim, vamos ser sinceros aqui entre nós, se até com relação à Educação Especial o governo não está cumprindo aquilo que assinou, então, é o “fim da picada”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Se essa documentação chegar às mãos da Presidência, mandaremos xerocar e entregaremos nos gabinetes de cada um dos senhores parlamentares.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Sobretudo porque o tema é palpitante e deve ficar mais do que patenteado aqui que o governo não repassa dinheiro para as APAE's, mas repassa 134 milhões em um ano de propaganda e publicidade. Então há um contra-senso absoluto. Se formos analisar, com todo o rigor as contas do Governo em todo o período do governo Lerner, vamos constatar que em todos os exercícios financeiros deixou em restos a pagar recursos para a área social, para a saúde, para a educação. O ensino médio, notadamente, foi onde o Governo menos investiu. Aliás, ele nem conta tem para movimentar o dinheiro do FUNDEF, nem conta específica tem para gerir os recursos!

Então estamos, efetivamente, diante de um caos constatado publicamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, o deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam.

Quero cumprimentar, primeiramente, o deputado Ângelo Vanhoni, pela iniciativa de trazer a esta Casa de Leis um assunto de tanta importância para todos nós, deputados estaduais, bem como para o nosso Estado do Paraná, que é a Federação das APAE's, bem como os amigos das APAE's do nosso Estado do Paraná.

Quando vereador, na minha cidade de Maringá, por duas vezes, apoiamos sempre, não só a APAE ou as APAE's. Em Maringá nós tínhamos mais que uma, bem como a ANPR, que também realizava um grande trabalho na área de Educação Especial. E nós, como deputados estaduais, vamos apoiar, juntamente com os deputados da Comissão de Educação que participaram dessa reunião, - eu não faço parte dessa Comissão de Educação, - vamos apoiar, porque é um assunto de suma importância para

nós, sempre foi, e sempre será, a educação. E a Educação Especial merece muito mais um carinho, um carinho muito maior, porque o trabalho que representam as APAE's, o que significa ser um educador, um trabalhador da educação, que trabalhe nas APAE's, em hipótese alguma poderá ficar sem contar com o apoio deste deputado, e tenho certeza de todos os deputados.

(Aplausos)

Concedo um aparte ao deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim

Meu caro deputado Ricardo Maia, nesse final de semana, juntamente com o deputado Elio Rusch, estive na cidade de Cafelândia, também com o deputado Antônio Carlos. Lá estivemos, atentamente, acompanhando o nosso companheiro Flávio Arns, deputado federal, que é presidente das APAE's, e nos comprometemos com ele para que nos unamos, nessa luta tão importante, quando naquela oportunidade estava sendo entregue uma unidade da APAE. E ali, caros deputados e amigos que se fazem presentes, pudemos ver nos olhos daquelas crianças e também adultos, pessoas especiais, a alegria que estavam tendo ao receber aquela unidade da APAE.

Então, eu quero dizer que nós também não vamos medir esforços em fazer com que a nossa ação parlamentar possa refletir em benefício, e vamos cobrar, sim, mesmo sendo deputado da base governista vamos acreditar na sensibilidade do Governo do Estado e também das suas Secretarias, para que possamos dar uma resposta, o mais rápido possível, positiva a todas as APAE's do Paraná.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. RICARDO MAIA

E acho, senhores deputados, que não podemos ficar só na Comissão de Educação, apesar de ela estar fazendo um grande trabalho, mas com um assunto que diz respeito a todos os deputados. Eu mesmo, se soubesse dessa reunião, hoje pela manhã, teria participado. É um assunto importantíssimo até para que possamos discutir com a secretária de Estado da Educação, com o próprio Governo, a diferença que falta entre o que é pedido pela Federação das APAE's, dos convênios, e o que o Governo libera; não é uma diferença tão grande no bolo do Estado do Paraná.

Hoje, calcula-se aproximadamente de sete a doze milhões/ano, daria uma diferença de menos de um milhão de reais para o Estado ter um orçamento de, aproximadamente, quinhentos milhões/mês.

Então, acho que dá para trabalharmos, é um compromisso que temos, que é assumir e trabalharmos fortemente.

Mas, senhores deputados, mudando um pouquinho do assunto da educação, queremos aqui hoje, dizer da importância que representam os agentes penitenciários

que trabalham na Penitenciária de Maringá. Tivemos uma reunião com eles nessa última semana, e a Penitenciária de Maringá é modelo, hoje, no nosso País. Tivemos lá, do número total de agentes penitenciários, nos últimos anos, uma perda de aproximadamente 40, 50% de agentes que foram para outros empregos ou mudaram de Maringá, que deixaram a função ou cargo de agente penitenciário, na Penitenciária de Maringá.

A Penitenciária de Maringá, que teve tantos presos de alta periculosidade, e nunca teve nada que desabonasse a conduta dos agentes penitenciários de Maringá, bem como a sua direção. E hoje, há uma preocupação muito grande nossa, que nos últimos dias, neste mês de junho e até no mês de maio, o secretário de Estado da Segurança Pública tem transferido para Curitiba alguns agentes penitenciários de Maringá, desguarnecendo o Presídio de Maringá, desguarnecendo a segurança daquele presídio e de toda a região de Maringá, deslocando para a Capital do Estado agentes penitenciários, criando um transtorno muito grande em Maringá, no presídio: primeiro, descontrolando a funcionabilidade do presídio, descontrolando também a vida do agente penitenciário que está em Maringá estudando, seus familiares, e de uma hora para outra, para tapar buraco na Capital do Estado, tem transferido agentes penitenciários, de lá para cá.

Então, há uma preocupação grande nossa hoje, porque esse presídio que é modelo, em Maringá, que já está sendo tocado com 30, 40% da sua capacidade de agentes penitenciários desde o dia em que inaugurou o presídio, não há nada que desabone a conduta do mesmo. É uma preocupação grande, a nossa.

Já pedimos isso ao Secretário da Segurança, para não querer resolver a situação da Penitenciária Central do Estado, aqui na Capital, desguarnecendo a cidade de Maringá, desguarnecendo o interior do Estado do Paraná, porque hoje é Maringá; amanhã poderá ser outro presídio ou outra penitenciária.

Então, é uma preocupação muito grande a nossa, que trazemos aqui, ao senhor presidente, aos senhores deputados, para que o governo possa resolver a questão dos presídios de Curitiba, contratando mais gente ou dando mais condições de trabalho aos agentes ou a esses presídios aqui em Curitiba, e não desguarnecendo a cidade de Maringá, desguarnecendo o presídio de Maringá, que depois da rebelião que tivemos na Capital do Estado, futuramente poderá ter em Maringá, bem como em outras cidades do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto: PSC. PST. PSL. PPS.

(**Declinam**)

PDT.

Com a palavra, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Na pauta da tarde de hoje, não está incluído aquele compromisso assumido neste plenário com o presidente em exercício, que hoje aqui estaria, na Ordem do Dia, o projeto da escolha dos diretores de Escolas do Estado; projeto esse que a secretária da Educação do Paraná - parece-me que tem medo da bancada governista, de nós, ela já sabe que votamos com os professores - porque não está incluso aqui, senhor presidente, mesmo que possamos perder, que a escolha continue sendo feita por esse famigerado decreto que o Governo do Estado aqui implantou. Qual é esse decreto, para conhecimento público? Dão 50% do valor da escolha para a chefe do Núcleo de Educação, o governo é quem nomeia e não elege diretor de escola nenhuma no Paraná, é uma vergonha para a Educação, quando a Associação dos Pais e Mestres, quando os professores têm na sua vontade de escolher o que é melhor para seus filhos, o que é melhor para seus alunos, o que é melhor para seus colegas, mas a ingerência política, principalmente da secretária da Educação, faz com que aquilo assinado - que teria o compromisso no dia 30 de maio, e aqui está presente o presidente da APP, que representa todos os professores - não seja cumprido.

O governo não tem palavra, não honra compromisso, o governador Jaime Lerner é realmente aquilo que na nossa vida comum todos conhecemos. O termo exato caloteiro. Não paga o compromisso que assume e quem não cumpre compromisso é caloteiro.

A Educação, como aqui tivemos o depoimento das APAE's, da Federação das APAE's do Paraná e que nós conhecemos de perto esse trabalho, acho que falta um pouco de sensibilidade e principalmente de agradecimento, da professora Alcyone Saliba, se ela não tem, pela felicidade, assim como eu também não possuo - mas que de perto eu respeito, ajudo e participo no aprendizado de alguém especial. Se ela não tem na sua família alguém com alguma deficiência, com uma paralisia cerebral, no caso da APSD e de outros organismos no Estado que cuidam daquelas crianças que são emprestadas a nós, pais e mães, para no nosso seio familiar ter a condição pelo menos igual daquele filho sadio, ela não tem a sensibilidade de agradecer a Deus pela saúde que tem a sua família e ela própria.

Quem não tem respeito a Deus, à natureza que empresta filho a nós, não tem realmente o espírito cristão que deveria possuir, para olhar com mais carinho à Educação Especial no nosso Estado.

Parece que uma síndrome igual a AIDS pegou no Governo do Estado, é na Segurança, é na Educação, é em todos os setores, mas tem cura. Qual é a cura para isso que está acontecendo?

Vai ser curado o governo no ano 2002, porque aqui se encontram também delegados, escrivães, investigadores que precisam daquele projeto da Polícia Civil, para ela ser mais bem preparada, mas bem respeitada, mais

levada a sério pelo governo, e não fazendo isto que está acontecendo, quando tem medo também de incluir na pauta da Ordem do Dia o Estatuto da Polícia Civil que todos desejamos, e como toda família o policial civil do Estado necessita, junto à Educação Especial, junto à Educação, à diretoria de escola, na escolha do seu diretor, junto a agentes penitenciários que são penalizados até com a morte, como no último motim, falta sensibilidade e espírito cristão no nosso governador e na sua equipe, falta ainda uma responsabilidade maior deste governo que aí está, mas que terá remédio no ano de 2002, quando essa gente vai ser tirada do Palácio Iguaçu pela vontade do povo do Paraná que vai votar contra eles, que vai votar com a razão, que vai votar com o coração, que vai votar pelo respeito à figura humana, que são os paranaenses, seja qual for.

Os policiais militares precisaram que suas mulheres fossem à porta dos quartéis. O governo assumiu o compromisso com elas, e algumas aqui se encontram, mas até hoje não fizeram nada, só prometeu e não cumpriu.

Policial militar penalizado, policial civil, todas as categorias desassistidos; professores com acordos não cumpridos; classe especial que não paga os convênios; funcionário público há seis anos sem aumento... já encerro, senhor presidente.

Funcionário público, de um modo geral, há seis anos sem aumento. Mas tem alguém ligado ao governo, tem alguém que enaltece o governo, faz com que aquilo que aparece na televisão, aquilo que é transcrito nos jornais, parecer que o Paraná é um oásis, em termos de Brasil e um exemplo para o mundo. Pegam a Região Metropolitana de Curitiba e mais especialmente a Capital e mostram as imagens boas.

Está acontecendo uma novela, da Rede Globo, Porto dos Milagres e aqui parece que tem um Antonio Fagundes parecido que se chama Jaime Lerner, com a contaminação daquele riacho, que é o riacho da esperança da criança, que ali vão e ficam doentes.

O povo do Paraná está doente. O remédio nós temos: é fazer um governo sério, que não se entregue à divulgação mentirosa e que volte ao encontro da razão, que nós desejamos.

Tenham certeza, APAE, Federação, APSD, tenham certeza agentes penitenciários, professores que aqui vieram, de diversas partes do Estado, delegados, escrivães, investigadores, funcionário público em geral, que nós, a Bancada da Oposição - não é por ser contra o governo, mas é ser a favor da razão - estaremos prontos, cobrando, como estamos agora, cobrando do presidente, que não tem culpa, que ali se encontra, que incluía na Ordem do Dia de amanhã, na pauta dos trabalhos, o projeto para escolha dos diretores das escolas públicas do Estado e incluía também, o Estatuto da Polícia Civil, para nós vermos aqui neste plenário, quem é a favor do Governo e quem é a favor da família do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário destinado à Liderança do PT.

Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Mais uma vez estamos às voltas com o problema da educação. Na semana passada encaminhamos a votação do projeto que institui a eleição direta para diretores de escolas, projeto esse assinado por vários senhores deputados, a maioria do bloco da Oposição e alguns da Situação. Na semana passada, quarta-feira, o projeto já estava em discussão, mas prevendo que iríamos debateló, e a Assembléia Legislativa havia tomado a iniciativa, a secretária reapresentou à opinião pública, para a imprensa, o seu decreto estilo "Pinochet". Aliás, até me lembrei do decreto, assistindo, ontem à noite, na TV Câmara, o depoimento do Apolônio Carvalho, ex-guerrilheiro, militante e comunista, no Brasil, quando ele falava da ditadura militar. Na ditadura militar, a todo momento falava dos atos institucionais, que eram atos acima da Constituição, para preservar a democracia. Era um negócio! Mas valia, tinha a força da arma!.

Então era mais ou menos assim: é o decreto da nossa secretária, que prevê eleição, mas contudo, porém e no entanto, tem que ter teste seletivo, passar pelo crivo do Núcleo Regional, tem que preencher tais e tais condições.

Os alunos não participam. Quer dizer, é democrático, "pero não mucho", é um processo de escolha.

Então, a secretária reapresentou isso, porque o ano passado já fez essa mesma apresentação, só que não implementou para exatamente indicar os diretores.

A secretária tem medo de democracia e transparência. Talvez não conheça a tradição, na história paranaense, que aqui nós costumávamos ter eleição para diretores de escolas, debates educacionais, que aqui a democracia existia, não só como mera ação política eleitoral no voto obrigatório.

Queremos democracia em todos os ambientes da administração pública e sobretudo da educação, formadoras de cidadãos.

Então, queremos repudiar isso tudo. Falar para este plenário, para nossos visitantes. que naquela ocasião fiz uma solicitação ao presidente Hermas Brandão, que colocasse no dia de hoje, em votação o projeto.

O deputado Hermas Brandão pediu um prazo para pensar, e em seguida, o deputado Luiz Carlos Zuk, questionou o presidente em exercício, que era o deputado Augustinho Zucchi, que naquele momento, prontamente atendeu a determinação da colocação na Ordem do Dia.

Portanto, estranhemos não estar o projeto na Ordem do Dia, seria até uma forma de homenagear nossos ilustres visitantes.

Mas, anunciar à nossa platéia, demais deputados, que vamos a todo momento perseguir, que tenhamos votação direta nas escolas estaduais do Paraná.

Como bem disse o deputado Luiz Carlos Zuk, se não pudermos ter implantada a semente democrática no seio educacional do Paraná, na administração do governo Jaime Lerner, que oficialmente renega o que assinou, que colocou no seu plano de governo e mandou ofício ao Sindicato dos Professores, dizendo que colocaria eleição direta; o remédio é a eleição do ano que vem e depois disso, vamos ter a plena democracia voltando para os ambientes escolares.

Prestem atenção, senhores professores do Paraná, vamos ver quem quer uma educação nova. O sinal tem que ser a votação desse projeto, e a sinalização para quem quer mudar o jeito de administrar a educação do Paraná, sobretudo no ano que vem.

Começa aqui, nesta Assembléia, prestem atenção nos sinais democráticos para eleição do ano que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto à liderança do PPB, se fará uso do seu horário.

(Declina)

Consulto a liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra, senhor deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, tenho tantas coisas para falar, mesmo porque estamos vivendo o crepúsculo deste período legislativo, que encerraremos no dia 30 de junho, aqui na Assembléia Legislativa. Até lá, teremos que apreciar muitas propostas nesta Casa, muitos projetos que a população do Paraná espera que apresentemos uma solução, com muita brevidade.

Quero dizer aos professores que aqui estão, ao professor Romeu, presidente da APP, professor dedicado, que tem defendido com muita dedicação os interesses da educação de qualidade do Paraná, que, em uma conversa que tivemos com o presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, amanhã às 8h30min da manhã, as lideranças partidárias se reunirão com o presidente, para definir a pauta da sessão, para que possamos incluir o projeto de lei de iniciativa do eminente deputado Irineu Colombo, que prevê a democracia nas escolas públicas do Paraná, que prevê as eleições diretas para os diretores, diferentemente do modelo pretendido pelo governo Jaime Lerner, que é nada mais nada menos, que a eleição indireta, revivendo os tempos da ditadura militar, quando se elogia governos, prefeitos, e o próprio presidente do País, pelo famigerado “colégio eleitoral”.

E é assim que o governo Lerner pretende eleger novamente os diretores das escolas públicas estaduais do Paraná.

Então, amanhã cedo faremos essa reunião, para podermos elaborar a pauta do dia, aonde esperamos que esteja contemplado o projeto de lei, para providenciarmos as eleições diretas nas escolas.

Convenhamos, senhores deputados, não adianta votar esse projeto no mês de agosto, porque aí a coisa já aconteceu, as eleições já transcorreram. Temos que votá-lo agora, ou favoravelmente ou rejeitá-lo. Não dá para deixar para depois do período de recesso, pois não terá mais efeito algum. É necessário que nós o avaliemos aqui nesta Casa.

Por isso, senhor presidente, eu disse que tantas coisas tenho para falar, para denunciar o descaso do governo Lerner com relação à Polícia Civil e à Segurança Pública.

O secretário Tavares é campeão de uma incompetência infinita. Quando a CPI Nacional veio a Curitiba e criou aquele celeuma, até agora nada foi produzido, e hoje os jornais publicam: “o ex-delegado geral da Polícia Civil do Paraná, denunciado por corrupção pelo Ministério Público, e os outros delegados, que até agora nada aconteceu com eles!”. Aconteceu sim, senhor presidente: o delegado Bradock foi removido de Rio Branco do Sul, para o interior do Paraná. O delegado que cuidava dos grampos telefônicos foi retirado dessa função, porque ali cumpria com o seu papel. O delegado que investigava o incentivo criminoso da PIC, da Procuradoria Criminal, também foi removido, porque cumpria com o seu papel.

E o governo Lerner não quer que ninguém faça as coisas corretas. O governo Lerner quer “gente trapaceira” ao seu lado. Essa é a cara deste governo que infelicitou o povo do Paraná.

Senhor presidente, quero colocar aqui essa nossa posição. Vamos ter sim, assuntos para discutir. Como ontem anunciei em relação ao chefe da Casa Civil, hoje nós precisamos fazer mais sessões, mas ainda durante este período legislativo.

Iremos abordar esses temas que são de profunda repercussão para o povo do Paraná, afim de que possamos abolir com esse ilusionista, que ganha do “David Coperfield”. O governador Jaime Lerner, é um ilusionista: só vive de ilusões, só vive na “Ilha da Fantasia”, desgoverna o Paraná, vai para traz com a educação, a saúde, a segurança pública, e a corrupção é que anda à sua frente.

Por isso, temos que acabar, de uma vez por todas, com esse governo que vive na “Ilha da Fantasia”.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PFL. (Declina)

PSDB. Com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, o tempo se encarrega de tudo.

Há muito tempo atrás, usávamos esta tribuna para falar do Tribunal de Contas, das prestações, dos pareceres dos técnicos, dos conselheiros, enfim, do Tribunal de Contas.

Ontem, o Tribunal de contas se manifestou aprovando parecer prévio, aprovando as contas do governo do Estado do ano de 2000, parecer prévio, primeira página, em cores - “Tribunal de Contas do Paraná, aprovou

ontem o parecer prévio pela aprovação de contas do governo Jaime Lerner, referente ao exercício de 2000, apesar de dúvidas levantadas por alguns conselheiros.

Primeira página do jornal. Jornal de Londrina também ocupa um quarto de página: - “Contas de Lerner são aprovadas - não, as contas não foram aprovadas - as contas receberam parecer prévio. E olha, o parecer prévio dos técnicos, é preciso considerar.

O parecer dos conselheiros, pessoalmente, desconsidero não porque não seja relevante, porque é desnecessário. O Tribunal de Contas é um órgão especificamente auxiliar, técnico, da Assembléia Legislativa. Aqui na Gazeta do Povo - “Tribunal de Contas aprova contas de Lerner, com ressalvas”.

Manchete, “presidente do Tribunal de Contas aprova as contas do governo Lerner”.

Até a nossa gloriosa tribuna abre amplo destaque para a nossa população que possa ler - “Tribunal de Contas, aprova contas de Lerner”.

Ora, senhores deputados, quem aprova as contas do governo do Estado é esta Casa.

Quem rejeita as contas do governo do Estado são exatamente os deputados que foram eleitos pelo povo e que terão que renovar a sua carteira de quatro em quatro anos e que não são nomeados para todo o sempre, que, aliás, diga-se de passagem, ainda há pouco o senador Álvaro Dias me disse: o projeto de lei que determina que Conselheiro do Tribunal de Contas seja por concurso público, será aprovado no País nos próximos dias.

(Lê):

Senhor presidente, senhores deputados.

Apesar de ainda insipientes vimos com satisfação o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, senhor Quielse Crisóstomo da Silva fazer chegar a público, através dos jornais, que as contas do governo do Paraná, exercício financeiro de 2000, receberam 14 ressalvas.

O conselheiro comparou a Dívida Ativa do Estado a uma pequena catástrofe.

Os resultados da nossa luta pela transparência da gestão dos recursos do povo paranaense pelo governo Jaime Lerner mostraram que demos o primeiro passo de uma grande maratona; e que o povo paranaense pela primeira vez na história viu estampado nos jornais que as contas do governo apresentaram diversas improbidades.

Foram 14 ressalvas, algumas referentes ao descumprimento, pelo governo, de determinados preceitos constitucionais, além de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senhores deputados é chegada a hora de esta Casa de Leis exercer efetivamente seu papel na fiscalização do governo, na gestão da Coisa Pública.

Ressalte-se que a não correção pelo governo, das improbidades cometidas, acarretarão em prejuízos às finanças públicas e vão impedir o Estado de receber recursos e contratar operações de crédito.

É inédito, senhores deputados, pelo menos para mim, que um conselheiro tenha recomendado aprovação, excepcionalmente e com ressalvas advertindo ainda que se as falhas não forem corrigidas a pena para o governo será a de desaprovação das contas de 2001.

É notório o aval, senhores deputados, apesar das inúmeras críticas que tenho recebido, porém, a referência é tão somente, sobre o parecer prévio. A verdadeira responsabilidade sobre isso recai sobre o sentido de rejeitarmos todas as contas da gestão Lerner até que se esclareça onde foram efetivamente aplicados os recursos referente à redução da participação acionária, além dos recursos mal aplicados no saneamento do Banestado que causou enorme prejuízo ao povo paranaense.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Vossa Excelência me concede um aparte, deputado Neivo Beraldin?

(Assentimento)

Deputado Neivo Beraldin, Vossa Excelência por várias sessões, já levanta o estudo sobre as contas do governo do Estado, algumas prestações já de posse da Assembléia e outras como essa que Vossa Excelência acaba de relatar.

Da mesma forma que Vossa Excelência hoje pela manhã, quando vi os jornais, percebi algo que se tornou velho no Paraná e que precisa ser corrigido.

Acho até que a Assembléia Legislativa, através da Mesa Executiva, tem que enviar uma nota oficial aos meios de comunicação do nosso Estado dizendo o seguinte. O Tribunal analisa, emite parecer. O Tribunal não julga, portanto, não julgando, não aprova e nem desaprova, cuja legitimidade para esse julgamento de aprovar ou não, está a cargo da Assembléia Legislativa.

Pois bem, há tempos vem se deturpando. Não é uma questão de semântica, apenas e tão somente uma prévia decisão, assim como nas Câmaras Municipais, deputado Neivo Beraldin. O tribunal emite parecer, mas quem aprova ou reprova a conta do Executivo Municipal, é a Câmara Municipal.

Sugiro a Vossa Excelência que seja encaminhada à Mesa, uma solicitação, para que a Mesa Executiva, através de uma nota oficial da Assembléia, possa recolocar essa verdade, com relação ao julgamento das contas, que deverão ser encaminhadas à Assembléia Legislativa.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado, por me conceder esse aparte.

O SR. NEIVO BERARDIN

Dou como lido o meu pronunciamento, aqui, dizendo o seguinte: ainda são incipientes as mudanças, mas já ocorreram. Tanto é que é possível subir a esta tribuna e registrar um fato inédito - mesmo com ressalvas de 14 itens, nunca um conselheiro veio a público dizer que havia ressalvas nas contas do governo. Pela primeira vez, na história, um conselheiro e o Tribunal de Contas vieram a público, dizendo que aprovam as contas, com

parecer prévio, com 14 ressalvas, inclusive algumas improbidades. Esses são os fatos.

É apenas para a reflexão dos senhores deputados e da imprensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário do PTB.

(Declina)

No horário da liderança de Oposição, concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Antes de mais nada permitam-me todos que eu faça o registro da presença, entre nós, do empresário Domingos Martins, da minha cidade, Arapongas, criador de empregos e de impostos. Certamente homenageando o Domingos Martins, estou fazendo uma referência também a todos aqueles que, com ele, estão aqui batalhando para a aprovação do projeto que interessa a todo o Estado do Paraná.

Senhor presidente, ainda há pouco o deputado Neivo Beraldin fez uma referência aos gastos que o governo do Estado praticou, somente com propaganda, nos últimos anos. Em 95, o governo do Estado gastou 35 milhões de dólares com a sua auto-promoção; no ano de 96 tivemos o gasto de 85 milhões de dólares; em 97, 117, milhões; em 98, 134 milhões, em 99, 41 milhões de dólares - o que dá uma soma de 412 milhões de dólares e não estão incluídos os dólares provenientes dos gastos que o governo do Estado fez nos anos de 2000 e de 2001.

Estou falando em dólares, porque nesse período, um real valia um dólar - um dólar valia um real.

Talvez esteja aí, senhor presidente, senhores deputados, a raiz de uma série de problemas. Vamos dizer claramente, gastou-se em torno de 500 milhões de dólares, nesses anos, para se fazer a propaganda do governo. Então, aqueles que estão acompanhando o caminhar do governo, não devem se surpreender com a falta de recursos para atender a reposição salarial de professores, não devem se surpreender que todos os servidores do Estado não estejam sendo contemplados.

Agora, é preciso, senhor presidente, que tenhamos um pouco mais de cuidado, com algumas coisas.

Vejam bem, o governo está mandando para cá uma mensagem para a criação da agência reguladora de serviços de energia e saneamento do Paraná. Está mandando no dia de hoje, deve ter chegado ontem, mas a liderança do Governo já está solicitando regime de urgência para tramitação desse projeto de lei.

Vejam bem, os especialistas na área certamente levaram meses para formatar a criação dessa agência reguladora que pretende criar o governo do Estado, serviço de energia e de saneamento, e nós aqui acabamos de receber da liderança, um pedido de regime de urgência, para que nós o aprovemos ou, mesmo votando contra,

certamente seremos derrotados pela maioria governista. E nós vamos analisar como se fôssemos superdotados em todas as áreas, esses projetos que o governo fabrica, monta e faz com que o povo do Paraná os engula.

Concedo aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Como sugestão, se me permite um breve aparte, que usemos o Regimento Interno que diz que nós podemos, naturalmente, num momento ou outro, retirar a bancada que discorda, para não dar quórum, para que certos projetos não sejam aprovados. Eu acho que o número de deputados hoje, que contrapõe o governo em certas matérias, é bastante expressivo, e pode chamar para uma conversa com o número da bancada do Governo. Acho que temos que estabelecer um diálogo com a liderança do Governo, para pautarmos aquilo que devemos tocar ou não, para não ficarmos aqui debatendo, e depois, daqui a pouco, acabamos dando o número, 28, o mínimo. Eu acho que nesta Casa, liderança do Governo e Oposição poderiam chegar num acordo, porque é sempre assim, deputado Waldyr, a história se repete, quando chega na reta final, nos últimos dias, nas últimas horas, chove mensagens.

Vossa Excelência tem razão, fica difícil.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, faço um apelo para que esse projeto não venha ser discutido e votado no 1º semestre. É uma situação desconfortável, nós, na realidade, não temos conhecimento, não tivemos nem tempo de tê-lo. Como é que nós vamos deliberar a respeito desse assunto?

Nós concordamos em relação ao projeto do ICMS, que nós votamos por unanimidade.

Esse sim, tem que caminhar rapidamente, porque interessa ao conjunto da sociedade paranaense.

Mas, tratar de energia, dessa maneira, na correria, ainda mais que nós estamos empenhados em fazer com que a COPEL não seja vendida. Existe um projeto de iniciativa popular, nesta Casa, esperando uma tramitação rápida também, para que possamos impedir que se cometa esse crime, contra o futuro do Paraná!

Senhor presidente, logicamente que variados assuntos teriam e terão que ser tratados nesse final de período legislativo, e, desta maneira, quero anunciar, por antecipação, que as Oposições votarão contra esse regime de urgência e votação contra o projeto que pretende vê-lo aprovado aqui, o governador do Estado.

Gostaria de falar em relação aos problemas das eleições diretas, mas como Vossa Excelência já anunciou, o meu tempo está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo a Vossa Excelência, amanhã às 8h30mim faremos uma reunião de lideranças, todos os líderes dos partidos políticos, para discutirmos a pauta

até o final das nossas sessões ordinárias, e com certeza, será discutida também esta questão.

A pedido do deputado Traiano, queremos registrar a visita do prefeito de Bela Vista da Caroba, Paulo Milton dos Santos e o vereador Moysés.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos senhores deputados Ricardo Maia, Moysés Leônidas e Hidekazu Takayama, constante do expediente, solicitando espaço no Grande Expediente, na Sessão Plenária do dia 27 do corrente, para que o Excelentíssimo governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Willian Garotinho, possa proferir palestra sobre “Política Econômica e Social do Brasil”. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelos senhores deputados Ademar Traiano, Tony Garcia, Nelson Garcia, Marcos Isfer, Renato Gaúcho, Geraldo Cartário e Plauto Miro Guimarães, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado Plauto Miro Guimarães, para exercer as funções de relator da CPI da Telefonía. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Tony Garcia, na qualidade de líder do PPB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para formarem as CPI's do Fórum e da Telefonía. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de líder do PSL, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para representarem o partido, na CPI da Telefonía. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miro Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando seu nome para representar o partido junto à CPI da Telefonía, como também o nome de outro senhor deputado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Cezar Silvestri na qualidade de líder do PPS, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para compor a CPI da Telefonía. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados como titulares e suplentes para comporem a CPI da Telefonía. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados para representarem o partido junto à CPI da Telefonía,

nas funções de titular e suplente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos senhores deputados Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Plauto Miró Guimarães, Tony Garcia, Nelson Garcia, Marcos Isfer e Ademir Bier, constante do expediente, indicando o nome do deputado para presidir a CPI da Telefonía. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 09 (nove) de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2080, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, com apoio dos senhores deputados Tony Garcia, Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch, Cesar Seleme e Renato Gaúcho, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias entre os dias 26 a 29 do corrente mês, para apreciação de matérias a serem incluídas na Ordem do Dia. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 643/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina que a internação de menores infratores seja efe-

tuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 013/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que cria o Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná - CEAO e dá outras providências. **Aprovado.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza a implementação do Ensino Religioso na Rede Pública de Ensino. **Aprovado.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 179/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que torna obrigatório a realização de exames de surdez em crianças nascidas em hospitais públicos e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná. **Aprovado.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 281/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 8207, de 26 de dezembro de 1985. **Aprovado.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 425/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que torna obrigatório, através da Secretaria de Estado da Educação, a inclusão no currículo escolar da disciplina de Educação Ambiental em todas as escolas públicas do Paraná. **Aprovado.**

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 070/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que cria o Núcleo Regional da Educação em Ibaiti. **Aprovado.**

ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 019/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - de janeiro a maio de 2001 - Resolução nº 15, de 19.06.92. **Aprovado.**

ITEM 09

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública, a Federação Paranaense de Canoagem com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade "São Francisco de Assis", com sede e foro no município de Pato Branco - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a AAPAC - Diocese de Ponta Grossa - Associação de Amigos da Pastoral da Criança, com sede e foro no município de Ponta Grossa - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro da Lontra - Ascombal, com sede e foro no município de Mariluz - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Mater Dei, com sede e foro no município de Curitiba - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leônidas Pontes - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Uraí - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tendo em vista que Vossa Excelência há duas horas atrás solicitou que fôssemos o relator na Comissão Geral de Plenário e tendo em vista que

recebemos as emendas há pouco tempo, estamos fechando a análise das emendas.

Solicito a Vossa Excelência que transfira a discussão e votação desse projeto para o final da Ordem do Dia de hoje, que seja o último a ser por nós discutido e votado, para que dê tempo de fecharmos o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que Vossa Excelência requeira por escrito e já colocamos em votação essa sua solicitação.

Requerimento nº 2162, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando que o item 15 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, tenha sua discussão e votação transferida para o último item da pauta. **Aprovado.**

Os senhores parlamentares que concordam com a alteração da ordem da pauta, mantenham como estão.

Está aprovada a alteração na ordem cronológica da pauta.

ITEM 16

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/99, de autoria do deputado Beto Richa, que assegura o fornecimento gratuito de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle do diabetes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CS. **Aprovado.**

ITEM 17

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão e outros, que denomina prefeito Plauto Miró Guimarães o trecho da PR - 438 que liga o município de Ponta Grossa ao município de Teixeira Soares. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 18

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2001, que revoga a lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, alterada pela Lei de nº 12.954, de 28 de setembro do mesmo ano. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. **Aprovado.**

ITEM 19

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA, imóvel situado nesta capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO.

COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE OBRAS. **Aprovado.**

ITEM 20

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 21

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Projeto CAUEM - Crianças Alegres Unidas na Esperança com Maria, com sede e foro no município de Bandeirantes, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 22

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos de Maringá e Região - ADIM, com sede e foro no município de Maringá-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 23

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 10.789, que declarou de Utilidade Pública o Grande Oriente do Estado do Paraná, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 24

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Planalto do Oeste - Nova Santa Rosa, com sede no município de Nova Santa Rosa e foro no município de Toledo-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 25

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/2001, de autoria do deputado Antonio Baratter, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social, com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 26

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos em que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

ITEM 27

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 092/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027, de 28.03.2001).**

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 092/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por finalidade dispor sobre os direitos e garantias do contribuinte e dá outras providências.

A matéria foi analisada anteriormente quanto aos aspectos legais e constitucionais, pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou seu parecer favorável à aprovação da mesma.

Chamada a opinar esta douta Comissão de Defesa do Consumidor, entende tratar-se a propositura, de relevante interesse social, pois pretende proteger o elo mais fraco da relação tributária, ou seja, o cidadão pagador de impostos, estabelecendo uma relação de igualdade jurídica entre o fisco e o contribuinte.

Neste sentido, esta Comissão de Defesa do Consumidor, segue o entendimento da Comissão supra-citada, opinando pelo parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 092/2001, prosseguindo assim, sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 25.06.2001.

(aa) SÉRGIO SPADA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 15

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que introduz alterações na legislação do imposto sobre mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação - ICMS. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLÊNÁRIO SEM PARECERES.

Sobre o referido projeto, Sub-Emendas de Plenário, à Emenda Modificativa de nº 02, e à Emenda Aditiva

de nº 04, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, nos seguintes termos:

SUB-EMENDA DE PLÊNÁRIO EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 02 PROJETO DE LEI Nº 219/2001

A Redação do artigo 4º da emenda em questão, passa a ser a seguinte:

Art. 4º - "Poderá o estabelecimento de frigorífico que realiza o abate de gado bovino ou suíno, ou aquele que tenha encomendado esse abate, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída de produtos resultantes do abate dessas espécies de gado, ainda que submetido a outros processos industriais.

Sala das Sessões, em 26.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

SUB-EMENDA DE PLÊNÁRIO EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 04

Fica incluído o seguinte artigo e respectivo parágrafos ao Projeto de Lei nº 219/2001, com as seguintes redações:

Art...."O lançamento do imposto incidente nas operações com pescados, exceto os crustáceos e os moluscos, em estado natural, resfriados, congelados, salgados, secos, eviscerados, filetados, postejados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos, fica diferido para o momento em que ocorrer:

I - sua saída para outro Estado;

II - sua saída para o Exterior;

III - sua saída do estabelecimento varejista;

IV - a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

§ 1º - Poderá o estabelecimento que realizar a industrialização de pescados, em substituição do aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída dos produtos resultantes da industrialização, ainda que submetidos a outros processos industriais, opção esta que será declarada em termo no livro registro de utilização de documentos fiscais e termos de ocorrência devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo.

§ 2º - O crédito correspondente ao percentual referido no parágrafo anterior:

1 - será feito sem prejuízo daquele relativo a entrada, na proporção das saídas em operações interestaduais, de energia elétrica ou óleo combustível utilizado no processo industrial.

2 - Condiciona-se a que a operação de saída seja tributada ou não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 3º - não se compreende na operação de saída referida no § 1º aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, com apoio dos senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti, Tony Garcia, Durval Amaral, Nereu Moura e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação do Plenário em Comissão Geral, entre os dias 26 a 29 do corrente mês, para apreciar emendas ao Projeto de Lei nº 210/2001, de outras matérias a serem incluídas na Ordem do Dia e que não tenham recebido pareceres das Comissões Permanentes. **Aprovado.**

Indico o deputado Orlando Pessuti para relatar as emendas.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados, inicialmente agradeço a Vossa Excelência por nos dar essa árdua missão, porque não está fácil ajustar os detalhes de último instante.

O Projeto de Lei nº 219, visa estabelecer um tratamento igualitário nas questões fiscais e tributárias do setor carnes e setor lacto, com o Estado de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, eliminando os prejuízos que o setor produtivo e o setor agroindustrial têm hoje na comercialização desses produtos.

Quando tramitou pela CCJ uma 1ª emenda foi sugerida para alterar o artigo 1º. Porque no artigo 1º dizia: “Visando similaridade com as tabelas e princípios adotados pelo Estado de São Paulo.” Entendemos que deveríamos eliminar esse texto, porque do ponto de vista da técnica legislativa, os nossos companheiros da CCJ entenderam que não deveríamos usar essa expressão. Então, ela foi suprimida, através da emenda supressiva da CCJ.

O projeto veio ao plenário no dia de ontem e recebeu, deste Plenário, 4 emendas. A primeira delas, Emenda número 01 de Plenário, de autoria do nobre deputado Divanir Braz Palma, pretende incluir neste projeto, benefícios, vamos dizer assim, dar um tratamento igual ao que está sendo proposto ao setor de carnes e o setor de lactos. Está pretendendo aproveitar este projeto que institui os benefícios para o setor de carne e lacto, também para o setor de álcool etílico hidratado combustível, como uma forma de ajustar aquilo que está desajustado no presente momento, já que hoje o ICMS não é recolhido na usina e sim nas distribuidoras. E temos aí uma situação bastante complicada, envolvendo inclusive algumas distribuidoras fantasmas, vamos dizer assim.

Conversando com o grupo de técnicos e lideranças do setor produtivo, chegamos à conclusão que esta

Emenda do deputado Divanir Braz Palma deve ser apresentada ao projeto de lei do deputado Durval Amaral, que tramita nesta Casa, e que trata de assuntos industriais como um todo. E que não a incluíssemos, neste momento, ao projeto do deputado Hermas Brandão.

É interesse, não só do presidente, não só nosso, mas de todos aqueles que estão trabalhando para a aprovação, dos produtores rurais e agroindustriais, que o Projeto de Lei 219/2001 trate exclusivamente das questões ligadas a carnes e produtos lactos. Conversamos inclusive com o presidente da FAEP e ele concordou, a exemplo do presidente Hermas Brandão. Conversamos também com os deputados Durval Amaral, e Divanir Braz Palma, que acataram esta sugestão, de que a emenda fosse retirada. Então, a Emenda número 1 deixa de fazer parte da nossa discussão, por ter sido retirada pelo autor, será reapresentada ainda hoje ou amanhã, no projeto do deputado Durval.

Com referência à Emenda número 2, do deputado Cezar Silvestri e Hermas Brandão, a nossa sugestão, senhor presidente, é de que ela seja acatada, somente com a seguinte expressão: “Ou aquele que tenha encomendado essa industrialização”. Porque, senhor presidente, o artigo 4º, que está sendo proposto para modificar pela Emenda, se a acatarmos no seu inteiro teor, descaracterizaríamos o artigo nº 4.

Então, para que não venhamos a perder aquilo que está estabelecido no artigo 4, do projeto de Vossa Excelência e também não perdermos a idéia, que é louvável, do deputado Silvestri.

Por que isso, senhor presidente? Porque aqui está se propondo que o estabelecimento-frigorífico que realizar o abate, pode se beneficiar desse crédito, mas existem situações em que o grupo de produtores forma uma associação, por exemplo, e que leva os seus animais para abater. Contratar um determinado frigorífico para fazer o processo de abate e industrialização. Quer dizer: o produtor precisa ficar com o crédito e não aquele frigorífico que foi contratado. De repente, o supermercado compra de alguns produtores e contrata um frigorífico para realizar esse abate. Então, quando frigorífico compra, abate e industrializa, ele fica com o benefício!

Aqui está se propondo que quando se tratar da contratação de um abate, que esse benefício fique para quem contratou.

Assim, acatamos a Emenda do deputado Cezar Silvestri somente com essa expressão, que deverá ser acrescida ao artigo 4º, que então ficaria assim:

“Poderá o estabelecimento de frigorífico que realizar o abate de gado bovino ou suíno, **ou aquele que tenha encomendado essa industrialização**, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% sobre o valor de sua operação de saída de produtos resultantes do abate dessas espécies de gado, ainda que submetidos a outros processos industriais”.

A Emenda de nº 03, de autoria do deputado Hermas Brandão, é fruto de entendimento do grupo de técnicos que está trabalhando nessa proposta, que é Projeto nº 219/2001, e também foi elaborada em consonância com a Secretaria da Fazenda. Ela procura corrigir alguns detalhes do texto, e nós estamos chamando-a de Emenda de Plenário, mas a da Secretaria da Fazenda foi recebida por inteiro, pelos produtores, pelos agroindustriais e pelo corpo de técnicos que nos assessoram nesse parecer, e também, evidentemente, foi aceita pelo presidente Hermas Brandão, autor do projeto.

Então, a Emenda nº 03, está sendo recebida em sua totalidade no aspecto constitucional, legal e também no seu mérito.

A Emenda nº 04, do deputado Duílio Genari, trata de benefícios para o setor de pescados. Recebemos esta Emenda, acrescentando a esse texto, apenas uma modificação, transformando o parágrafo único em parágrafo primeiro, e fazendo um segundo parágrafo, onde diz que: **“Poderá o estabelecimento que realizar o abate e industrialização de pescado, em substituição do aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito da importância de 7% sobre o valor de saída dos produtos e outros processos industriais, opção esta que será destacada no livro de registro de títulos e documentos fiscais nos termos de ocorrência, devendo a renúncia a ela estar no novo termo”**.

Recebemos a Emenda nº 04, na sua constitucionalidade, no seu mérito, acrescentando apenas um parágrafo segundo.

No mais, senhor presidente, entendemos que o projeto está em condições de ser apreciado com as considerações que repito: a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça deverá ser recebida por este Plenário, porque ela corrige a técnica legislativa; a Emenda nº 01, do Plenário, do deputado Divanir Braz Palma, já foi acordado e ela será reapresentada no projeto do deputado Durval; a Emenda nº 02, do deputado Cezar Silvestri, é recebida, acrescentando apenas algumas palavras para corrigir o artigo 4º, a Emenda nº 3, de autoria de Vossa Excelência, que é a Emenda produzida com assessoria da Secretaria da Fazenda, nós recebemos por inteiro; e a Emenda nº 4, do deputado Duílio Genari, recebemos o parágrafo primeiro e acrescentando um parágrafo segundo, para que possa ter consequência aquilo que propõe o deputado.

As alterações não são muitas, são difíceis de serem explicadas, principalmente, quando pegamos o projeto com apenas uma hora para analisar tudo o que foi proposto.

No mais, recomendamos a aprovação das Emendas, na forma como foram propostas e evidentemente a aprovação do projeto, na forma como foi aprovado em Primeira Discussão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos colocar em discussão o parecer do deputado Orlando Pessuti.

Está em discussão.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Discutir)

Senhor presidente.

Eu á tinha uma posição definida na Comissão de Justiça e acho, - até pela transformação do Plenário e pela colocação feita pelo deputado Pessuti, que a maioria absoluta dos deputados não tem a devida consciência ou conhecimento para fazer uma votação nesse sentido.

Então, até no sentido de colaborar com Vossa Excelência, que é o autor do projeto, e da categoria que está aqui presente, dizer que ninguém mais habilitado do que o deputado Orlando Pessuti, que foi indicado relator na comissão de constituição e Justiça, para poder discutir esta questão, exatamente porque, além de ser membro e ter vasto conhecimento aqui na nossa Assembléia, o deputado Pessuti conhece a área e acho de bom tamanho e de confiabilidade, não no aspecto malicioso da coisa, mas da confiança que deposito no trabalho feito pelo deputado Orlando Pessuti.

Então, só queria esse encaminhamento, porque foi um acordo entre as partes interessadas e do ponto de vista legal, acho que as emendas tinham condições de tramitar, quero dizer que voto, tranquilamente, até pela exposição, mas com certeza para o melhor, que foi feita pelo deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrada a discussão.

Para encaminhar, deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nossa emenda nº 1, foi retirada, e por isso queremos fazer algumas explicações. Ela é uma reivindicação antiga do setor sucro-alcooleiro, que trata do novo direcionamento e arrecadação do ICMS. Hoje o ICMS na comercialização do álcool anidro, é feita pelas distribuidoras, e nós temos interesse da classe produtora, assim como todo o paranaense tem interesse que seja feito o recolhimento do ICMS pelas usinas, pelos geradores, pelos produtores de álcool. Então, achamos por bem que, neste projeto, não querendo contrariar o nobre deputado Pessuti, que é plenamente formatado neste projeto que introduz alterações na legislação do imposto sobre operações, no caso o ICMS, mas para que o projeto não sofra desfiguração ou derivativos, achamos por bem concordar e passarmos a nossa emenda para o projeto de lei de autoria do líder da bancada, líder do Governo, deputado Durval Amaral, Projeto nº 261, que trata também de incentivos e avanços na legislação tributária do Estado do Paraná.

Acho que com isto, nobre deputado Hermas Brandão, o seu projeto não fica desfigurado, tenho certeza que a classe produtora, aqui representada por autoridades, produtores e avícolas, e sucro-alcooleiro, também por Agide Meneghetti, aqui presente.

Acho que vamos conseguir atender às reivindicações da classe e de todos os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

Está em votação o projeto, ressalvadas as Emendas.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Está em votação a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovada.**

Emenda nº 1 de Plenário, **retirada pelo autor**, deputado Divanir Braz Palma.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, a emenda nº 2, deveremos acatá-la somente com a seguinte expressão: “ou aquele que tenha encomendado esta industrialização, porque ela justamente propõe modificar o artigo 4º, mas a modificação que estamos acatando é apenas esta: “ou aquele que tenha encomendado esta industrialização”.

Então a emenda nº 2, se transforma apenas nesta frase.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação, com a retificação procedida por Vossa Excelência. **Aprovada.**

Emenda nº 3. Em votação. **Aprovada.**

Emenda nº 4. Em votação. **Aprovada.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, peço também que se registre a emenda nº 4, com o acréscimo do parágrafo 2º, cuja redação nós estaremos passando já à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós votamos já a alteração procedida por Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento nº 2077 de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Oficie na forma do requerido.**

Solicito ao 1º secretário a leitura do requerimento e da justificativa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Procede à leitura do requerimento**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto ao nobre deputado Litro, se deseja que se faça a leitura da justificativa?

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO

Eu dispenso a leitura e peço para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, com a palavra Vossa Excelência.

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO

Senhor presidente, na comunidade de Dois Vizinhos, tivemos as eleições em 2000. Em nenhum momento me pronunciei, porque não tínhamos desvendado o atentado ocorrido naquela cidade, pelo candidato Padre Lecir Borti. Ocorre que em 29 de setembro havia outro candidato. As eleições vinham correndo normalmente, e, quando renunciou o outro candidato, vem para Dois Vizinhos concorrer, disputar as eleições o Padre Lecir, imediato, com duas pessoas, dois capangas, um expolicial, que não é bem visto pela sociedade de Dois Vizinhos, expulso da Polícia com coletes à prova de balas.

Os adversários, nossos opositores, com todo este pessoal, formaram uma guerrilha.

Enquanto isto as eleições continuam, e quando faltava oito dias para as eleições, ocorreu um atentado com o padre, que foi para o hospital e de lá se pronunciava, no Programa Eleitoral, dizendo que quisessem calar a voz do bem, que as pessoas do mal queriam calar sua voz para não deixar administrar aquele município.

Nós aprovamos nesta Casa, que se nomeasse delegado especial, e foi nomeado o doutor Pedro Jesus, delegado-chefe de Pato Branco, o qual disse que os tiros foram simulados.

E, mesmo no laudo da polícia técnica, disse que atiraram em carro parado, mesmo o padre dizendo que vinha a mais de 80 por hora. São os depoimentos dos nossos opositores para ganhar as eleições.

O que hoje ocorreu na minha cidade temos que deixar claro, amanhã pode ser a sua ou de outro companheiro. Temos que acabar com essas pessoas que mancham uma cidade, esses que não sabem fazer política decente, para que possam ganhar as eleições.

E hoje, estou vendo a dificuldade do prefeito para administrar, com seus capangas, que estão junto lá e não deixam administrar o município.

Peço aos parlamentares que aprovem esse requerimento, para encaminhar à sociedade e para toda a imprensa do Estado do Paraná, para que isso não ocorra mais.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, estou de acordo com a proposta do nosso colega, nosso amigo deputado Litro, só que acho que o encaminhamento não é correto, que deveria ser feito pela própria Delegacia de Dois Vizinhos.

A Assembléia Legislativa poderia mandar um ofício, para que o delegado de Dois Vizinhos encaminhasse esses expedientes a todas as entidades que o deputado Litro está sugerindo, e não a Assembléia Legislativa fazer isso, porque a Assembléia, no meu entendimento, não é

entidade competente para fazer esse tipo de procedimento.

O SR. CESAR SELEME (**Para Encaminhar**)

Acho que cabe razão plenamente ao deputado Nereu Moura. É contrário ao Regimento Interno da Assembléia tomarmos esse tipo de providência, que cabe à Corregedoria da Polícia, se for o caso encaminhar.

Esta Casa de Leis não pode se dar ao luxo de encaminhar dez, vinte ofícios sobre um inquérito policial que tramita em qualquer comarca do Paraná.

É um absurdo esse requerimento; é interesse político local.

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente. Recordando que na semana passada ou há dez dias atrás, um requerimento quase idêntico a esse tratava de que a Assembléia tomasse providências junto à Corregedoria da Polícia Civil, no caso Bradock; esta Casa aprovou, mas depois reconsiderou aquela decisão.

Acho que essa questão também não passa aqui pela Assembléia, do Plenário da Assembléia, votar um requerimento desta ordem, que fica uma decisão política, tomada por toda a Casa, quando não diz respeito a mim ou a outro Parlamentar, muito embora, respeitando o caso verificado na região do deputado Litro, mas acho que não cabe à Assembléia votar esse requerimento, senhor presidente.

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (**Questão de Ordem**)

Quero dizer que o que ocorreu em Dois Vizinhos, foi um crime. Nós teremos que encaminhar para o Juiz de Direito, para Comarca de Dois Vizinhos, à Promotoria Pública de Dois Vizinhos, Secretário da Segurança Pública e o Delegado Geral, porque lá ocorreu um crime que não podemos deixar acobertado.

Como parlamentar desta Casa, fiz um requerimento, que seja encaminhando, com a aprovação dos nossos companheiros, pedindo para que não ocorra em seus municípios o que ocorreu no meu, porque é muito doído, saber que na minha cidade ganha-se eleições com ato de simulação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à questão de Ordem, levantada pelos senhores deputados, esta Presidência informa, que vai oficializar o pedido do deputado Litro, sem votação em Plenário.

O SR. NEREU MOURA

Perfeito, presidente, é o melhor encaminhamento.

O SR. ALGACI TULIO

Parabéns, presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento do deputado Tony Garcia, pelo PPB, indicando os deputados para participar da Comissão Parlamentar de Inquérito. PFL, idêntico; PSL, idêntico; PSDB, também; PMDB, também; PPS, também.

Deixamos de votar o requerimento do Deputado Tony Garcia pela indicação do PTB, até em respeito ao deputado Carlos Simões, que está com o seu pai em estado de saúde com dificuldades.

Vamos entrar em contato com ele, para que faça indicação pelo PTB, até amanhã.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para comunicar os membros da Comissão, da CPI que investiga a Sanepar, que agora às 17h na Sala das Comissões, haverá uma nova reunião pública, onde estará presente o presidente da Sanepar e a sua diretoria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a Vossa Excelência, que será após a Sessão Extraordinária.

Requerimento nº 2091, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2063, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2064, 2098 e 2157, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2067, 2068 e 2110 a 2115, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2069 a 2072 e 2096, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2075, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2083 e 2084, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2086, 2087, 2089, 2126 a 2133 e 2143 a 2145, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2094 e 2095, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2097, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2101 e 2106, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2103 a 2105, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2109, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2117 e 2118, de autoria do senhor deputado Tiago de Amorim Novaes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2120, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2121 e 2122, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2124, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2125, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2146, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2147, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2151 e 2152, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2153, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2154, de autoria dos senhores deputados Ricardo Chab, Fernando Ribas Carli, Custódio da Silva e Renato Gaúcho, membros das Comissão de Segurança Pública, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2155, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2159, de autoria do senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2150, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 221, 224/2001 e do Projeto de Resolução nº 017/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 058 e 146/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 015/2001 e dos de Lei nºs 092, 135, 256 e 115/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 132, 393/2000, 084, 110, 160, 163, 172, 181, 183, 192, 193, 194, 197, 260, 261, 268 e 269/2001.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e um, na Sala da Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Carlos Belinati relatou o Projeto de Resolução nº 17/2001, e o deputado Tony Garcia apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 182/2001, 061/2001, 203/2001, 221/2001 e 224/2001, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária